

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes às atividades da MAPFRE Vida S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC Referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras as normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação.

Prêmios Emitidos

Em 2019, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 882,3 milhões, aumento de 2,2% em relação ao ano anterior.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 35,8 milhões, com aumento de 15,7% em relação ao ano anterior.

Resultado do Exercício

A MAPFRE Vida S.A. apresentou, no exercício de 2019, lucro líquido de R\$ 63,2 milhões (R\$ 47,5 milhões no exercício de 2018).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da MAPFRE Vida S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação prevista pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado para: a) Reserva de lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros acumulados ou de Reservas existentes.

Para 2019, será distribuído o valor de R\$ 15 milhões à sua controlada MAPFRE Participações S.A..

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política do GRUPO MAPFRE sobre o tema e dos principais *frameworks* internacionais de controles, como o *COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. Periodicamente, a MAPFRE Vida S.A. realiza testes de controles internos, que visam evitar atuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à Fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance

O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº

445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018.

Premiações e Campanhas

O mundo está mudando e o mercado de seguros também, em 2019, para esclarecer todas as dúvidas foi criado o MAPFRE Explica, um espaço para encontrar soluções criadas por quem mais entende dos clientes e de seguros, acesse www.mapfreexplica.com.br.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Ativo Circulante		1.045.653	918.293
Disponível	5	1.183	2.107
Caixa e bancos		1.183	2.107
Equivalente de caixa	5	2.231	4.007
Aplicações	6	831.645	743.004
Créditos das operações com seguros e resseguros		160.433	119.348
Prêmios a receber	7	141.788	83.229
Operações com seguradoras	8a	16.234	30.964
Operações com resseguradoras	9a	2.411	5.155
Outros créditos operacionais		7.065	3.299
Ativos de seguro - provisões técnicas		2.465	2.120
Títulos e créditos a receber		31.205	32.014
Títulos e créditos a receber		1.616	878
Créditos tributários e previdenciários	24b	27.924	28.795
Outros créditos		1.665	2.341
Despesas antecipadas		655	4.804
Custos de aquisição diferidos		8.771	7.590
Seguros		8.771	7.590
Ativo não circulante		327.374	354.326
Realizável a longo prazo		298.246	318.901
Aplicações	6	117.961	118.291
Ativos de resseguro - provisões técnicas		1.063	2.402
Títulos e créditos a receber		178.774	197.349
Créditos tributários e previdenciários	24b	164.267	183.429
Depósitos judiciais e fiscais	21a	14.507	13.920
Custos de aquisição diferidos		448	859
Seguros		448	859
Investimentos		3.753	3.794
Participações societárias		276	240
Imóveis destinados à renda		3.477	3.554
Imobilizado		227	385
Bens móveis	11	210	316
Outros imobilizações		17	69
Intangível		25.148	31.246
Outros intangíveis	12	25.148	31.246
Total do ativo		1.373.027	1.272.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2019	2018
Passivo Circulante		582.257	552.994
Contas a pagar		46.199	36.037
Obrigações a pagar	13	38.544	31.974
Impostos e encargos sociais a recolher		1.373	1.255
Encargos trabalhistas		1.066	977
Impostos e contribuições	14	5.216	1.831
Débitos de operações com seguros e resseguros		50.726	44.351
Prêmios a restituir		103	105
Operações com seguradoras	8b	19.411	19.500
Operações com resseguradoras	9b	2.885	6.603
Corretores de seguros e resseguros	15	22.327	15.600
Outros débitos operacionais	16	6.000	2.493
Depósitos de terceiros		16	55.326
Provisões técnicas - seguros	17	430.006	453.428
Danos		101.102	97.605
Pessoas		273.292	315.319
Vida individual		55.612	40.504
Passivo não circulante		299.221	281.496
Danos		9.177	9.663
Pessoas		260.760	226.062
Vida individual		4.543	17.260
Outros débitos		21	24.741
Provisões judiciais		24.741	28.511
Patrimônio líquido		491.549	438.129
Capital social		415.166	415.166
Reservas de lucros		67.784	19.592
Ajustes de avaliação patrimonial		8.599	3.371
Total do passivo e patrimônio líquido		1.373.027	1.272.619

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

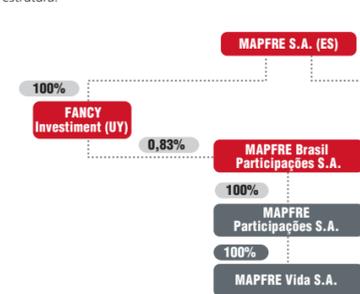
	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Redução de capital			
Saldo em 1º de janeiro de 2018					
Aprovação de redução de capital - SUSEP Portaria nº 703-1 em 02 de janeiro de 2018 (nota nº 22a)	439.766	(24.600)	14.203	15.063	604
Títulos e valores mobiliários	(24.600)	24.600	-	-	2.767
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	47.496
Distribuição do resultado:					
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de fevereiro de 2018	-	-	-	(3.000)	-
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 12 de março de 2018	-	-	-	(7.900)	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 09 de abril de 2018	-	-	-	(4.163)	-
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 07 de maio de 2018	-	-	-	-	(6.437)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018	-	-	-	-	(5.180)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 20 de agosto de 2018	-	-	-	-	(10.900)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 10 de setembro de 2018	-	-	-	-	(4.590)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 12 de novembro de 2018	-	-	-	-	(8.000)
Reserva legal	-	-	2.375	-	(7.000)
Reserva de investimentos	-	-	-	3.014	(2.375)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	415.166	-	16.578	3.014	3.371
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	5.228
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	63.202
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	-	3.160	-	-	(3.160)
Reserva de investimentos	-	-	45.032	-	(45.032)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(15.010)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	415.166	-	19.738	48.046	8.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A., (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar seguros e serviços financeiros em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2020. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seu negócio no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.** informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil; **iii.** Nota 3f - Classificação dos contratos de seguro; **iv.** Notas 3j, 3l, 17 e 20 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; **v.** Nota 6 - Aplicações; **vi.** Notas 3n e 21 - Provisões judiciais; e **vii.** Notas 3r e 24 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administradoras para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CP-48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, com também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CP-06 - Operações de arrendamento mercantil (R2) (IFRS 16):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2019, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Um arrendatário reconhece um ativo e direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A referida norma será aplicável quando referendada pela SUSEP. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais. Em 31 de dezembro de 2019, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento da Seguradora no âmbito de arrendamentos operacionais não canceláveis são apresentados na nota explicativa nº 23k. **CP-50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem os contratos de seguros, têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigor em 1º de janeiro de 2022.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2020. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seu negócio no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **i.** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **ii.** informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil; **iii.** Nota 3f - Classificação dos contratos de seguro; **iv.** Notas 3j, 3l, 17 e 20 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; **v.** Nota 6 - Aplicações; **vi.** Notas 3n e 21 - Provisões judiciais; e **vii.** Notas 3r e 24 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administradoras para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CP-48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, com também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CP-06 - Operações de arrendamento mercantil (R2) (IFRS 16):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2019, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Um arrendatário reconhece um ativo e direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A referida norma será aplicável quando referendada pela SUSEP. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais. Em 31 de dezembro de 2019, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento da Seguradora no âmbito de arrendamentos operacionais não canceláveis são apresentados na nota explicativa nº 23k. **CP-50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem os contratos de seguros, têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigor em 1º de janeiro de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Aplicações e Instrumentos financeiros: A classificação dentre as categorias é definida pela natureza dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros são classificados em ativos e passivos de acordo com o balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados em ativos e passivos de acordo com o balanço patrimonial. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i.** Caixa e equivalente de caixa: Incluem caixa e saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados com garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes

é transferido para o resultado. **iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **vi. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** **i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **ii. Operações de seguros e resseguros:** A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, sobre os prêmios a receber diretos e aceitos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, cosseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG e Despesa de Comercialização Diferida - ADCD, para os recebíveis relativos a riscos ocorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecido no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **5) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **Risco de subscrição;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** e **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até às diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk - VaR", indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: **• Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente. **• Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, com consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **• Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolver e executar, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; **• Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estrutura financeira do GRUPO MAPFRE. **• Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoria ao Conselho de Administração, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regulamentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transfiram risco significativo são aqueles em que a Seguradora não assume o pagamento do prêmio, mas beneficia adicionalmente os seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importância seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** A concentração de exposições de riscos são monitoradas analisando as exposições em áreas determinadas e áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

2019		2018	
Região geográfica	Bruto de resseguro (*)	Líquido de resseguro	
Centro Oeste	345.315 40%	345.315 41%	
Nordeste	16.179 2%	16.179 2%	
Norte	5.848 1%	5.848 1%	
Sudeste	439.923 51%	428.381 50%	
Sul	53.283 6%	53.283 6%	
Total	860.548 100%	849.006 100%	

2019		2018	
Região geográfica	Bruto de resseguro (*)	Líquido de resseguro	
Centro Oeste	301.993 36%	301.993 37%	
Nordeste	4.140 1%	4.140 1%	
Sudeste	435.058 52%	428.546 52%	
Sul	88.566 11%	88.465 10%	
Total	829.757 100%	823.144 100%	

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT no montante de R\$ 8.514 e R\$ 13.208 (R\$ 4.579 e R\$ 28.587 em 2018). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam o valor significativo do passivo e correspondem aos sinistros ocorridos em função da gestão da Seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR: simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Sensibilidade	Impacto no resultado	Patrimônio líquido (bruto de impostos)
a. IBNR	Aumento dos fatores de IBNR	(5.662)	
b. Sinistralidade	Aumento da elevação de 5% na sinistralidade	(25.048)	

Risco de crédito: É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores de risco do mercado. O risco de crédito pode se materializar, por meio dos seguintes fatos: **•** Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; **•** Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e **•** Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta à concentração de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e da admiãda MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.

Rating	Local	Admitida	Eventual	2019	Local	Admitida	Eventual	2018
A+	1.110	-	1.110	1.356	-	2.339	3.695	
A	7.425	3.007	7.425	531	2.387	-	2.387	
Total	8.535	3.007	11.542	1.887	2.387	2.339	6.613	

O gerenciamento de risco de crédito de seguro refere-se às operações com resseguros incluí o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle a exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos oferecidos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa pública e operações compromissadas com lastro em título público federal, como demonstrado no quadro abaixo:

Ativos financeiros - Rating	AAA	AA+	AA	AA-	Sem rating	2019	2018
Títulos de renda fixa públicos (*)	822.423	-	-	-	-	822.423	-
Debêntures	-	4.987	7.886	-	-	12.873	-
Letras financeiras	-	-	-	4.032	-	4.032	-
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	-	-	-	-	110.384	110.384	-
Caixa	-	-	-	-	(106)	(106)	-
Total	822.423	4.987	7.886	4.032	110.278	949.606	2018

Ativos financeiros - Rating

AAA	AA+	AA	AA-	Sem rating	2019	2018
Títulos de renda fixa públicos (*)	733.978	-	-	-	733.978	-
Debêntures	-	7.920	5.066	-	12.986	-
Letras financeiras	456	-	6.792	-	7.248	-
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	-	-	-	107.171	107.171	-
Total	734.434	7.920	5.066	6.792	107.088	861.295

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 211.818 (R\$ 308.232 em 2018) com lastro em títulos públicos. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de caixa e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos oriundos nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seg

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

17. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2019						2018									
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisões DPVAT	Total	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	Provisões DPVAT	Total
Provisões técnicas - seguros																
Saldo inicial	47.027	428.647	106.276	8.922	2.634	5.735	107.172	706.413	48.471	414.035	95.298	14.135	1.667	5.274	103.623	682.503
Constituições	1.099.711	270	103.507	81.441	6.514	6.335	35.785	1.333.563	1.053.961	3.338	53.498	1.451	977	4.646	42.230	1.160.101
Diferimento pelo risco decorrido	(1.095.404)	—	—	—	—	—	—	(1.095.404)	(1.055.405)	—	—	—	—	—	—	(1.055.405)
Aviso de sinistros	—	608.223	—	—	2.014	—	—	610.237	—	701.524	—	—	2.146	—	—	703.670
Pagamentos de sinistros	—	(506.404)	—	—	(2.898)	(6.936)	—	(516.238)	—	(447.398)	—	—	(2.701)	(4.185)	—	(454.284)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	(187.183)	—	—	(69)	—	—	(187.252)	—	(256.399)	—	—	781	—	—	(255.618)
Atualizações	—	14.167	—	—	(11)	—	—	14.156	—	(426)	(42.520)	(6.664)	(236)	—	(38.681)	(88.527)
Reversões	—	(52)	(96.534)	(30.892)	(764)	—	(32.747)	(160.989)	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo final	51.334	357.668	113.249	59.471	7.420	5.134	110.210	704.486	47.027	428.647	106.276	8.922	2.634	5.735	107.172	706.413
Provisões técnicas - resseguros																
Saldo inicial	61	3.069	1.246	57	142	4	4.522	6.454	—	5.798	557	97	97	2	2	6.454
Constituições	5.336	—	1.015	—	147	—	—	6.698	5.36	—	1.015	—	147	—	—	6.698
Diferimento pelo risco decorrido	(5.475)	—	—	—	—	—	—	(5.475)	(5.475)	—	—	—	—	—	—	(5.475)
Aviso/Ajuste de sinistros	—	4.795	—	—	—	—	—	4.797	—	4.795	—	—	—	—	2	4.797
Pagamento de sinistros	—	(7.524)	—	—	—	—	—	(7.524)	—	(7.524)	—	—	—	—	—	(7.524)
Reversões	—	—	(326)	—	(102)	—	—	(428)	—	—	(326)	—	(102)	—	—	(428)
Saldo final	61	3.069	1.246	57	142	4	4.522	6.454	61	3.069	1.246	57	142	4	4.522	6.454

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 196.080 (R\$ 211.833 em 2018).

(**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R\$ 970 (R\$ 2.281 em 2018).

18. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do Conselho DPVAT.

	2019						2018							
	Até 2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total	Até 2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Montante estimado para os sinistros														
No ano do aviso	3.538.381	340.501	391.193	391.802	451.421	515.118	515.118	3.538.381	340.501	391.193	391.802	451.421	515.118	515.118
Um ano após o aviso	3.531.823	334.737	387.709	387.651	442.445	—	442.445	3.531.823	334.737	387.709	387.651	442.445	—	442.445
Dois anos após o aviso	3.553.821	338.398	391.524	387.750	—	—	387.750	3.553.821	338.398	391.524	387.750	—	—	387.750
Três anos após o aviso	3.569.308	341.110	385.520	—	—	—	385.520	3.569.308	341.110	385.520	—	—	—	385.520
Quatro anos após o aviso	3.589.112	338.398	—	—	—	—	338.398	3.589.112	338.398	—	—	—	—	338.398
Cinco anos ou mais após o aviso	3.628.780	—	—	—	—	—	3.628.780	3.628.780	—	—	—	—	—	3.628.780
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2019	3.628.780	338.398	385.520	387.750	442.445	515.118	5.698.011	3.628.780	338.398	385.520	387.750	442.445	515.118	5.698.011
Pagamentos efetuados até 31.12.2019	3.515.600	302.353	352.696	355.582	410.250	396.513	5.332.994	3.515.600	302.353	352.696	355.582	410.250	396.513	5.332.994
Provisão de sinistros a liquidar no exercício de análise	113.180	36.045	32.824	32.168	32.195	118.605	365.017	113.180	36.045	32.824	32.168	32.195	118.605	365.017
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2019 (*)	—	—	—	—	—	172.722	172.722	—	—	—	—	—	172.722	172.722
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)	—	—	—	—	—	537.739	537.739	—	—	—	—	—	537.739	537.739
Provisões DPVAT	—	—	—	—	—	110.210	110.210	—	—	—	—	—	110.210	110.210
Retrocessão	—	—	—	—	—	69	69	—	—	—	—	—	69	69
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	—	—	—	—	—	648.018	648.018	—	—	—	—	—	648.018	648.018
Montante de sinistros pagos														
No ano do aviso	2.874.981	240.056	286.837	288.944	354.684	396.513	396.513	2.874.981	240.056	286.837	288.944	354.684	396.513	396.513
Um ano após o aviso	3.318.040	282.559	336.574	345.774	410.250	—	410.250	3.318.040	282.559	336.574	345.774	410.250	—	410.250
Dois anos após o aviso	3.388.071	289.493	346.090	355.582	—	—	355.582	3.388.071	289.493	346.090	355.582	—	—	355.582
Três anos após o aviso	3.437.569	294.423	352.696	—	—	—	352.696	3.437.569	294.423	352.696	—	—	—	352.696
Quatro anos após o aviso	3.485.620	302.353	—	—	—	—	302.353	3.485.620	302.353	—	—	—	—	302.353
Cinco anos ou mais após o aviso	3.515.600	—	—	—	—	—	3.515.600	3.515.600	—	—	—	—	—	3.515.600
Pagamentos efetuados até 31.12.2019	3.515.600	302.353	352.696	355.582	410.250	396.513	5.332.994	3.515.600	302.353	352.696	355.582	410.250	396.513	5.332.994

20. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

	2019						2018					
	Quantidade	Valor da causa	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro	Quantidade	Valor da causa	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro	Quantidade	Valor da causa	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro
Provável	4.706	196.080	196.080	970	5.344	211.833	211.833	2.281	4.706	196.080	196.080	970
b) Composição das ações por probabilidade de perda												
Provável	4.706	196.080	196.080	970	5.344	211.833	211.833	2.281	4.706	196.080	196.080	970

	2019						2018					
	Quantidade	Valor da causa	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro	Quantidade	Valor da causa	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro	Quantidade	Valor da causa	Provisão de sinistros a liquidar judicial bruta	Provisão de sinistros a liquidar judicial de resseguro
De 1992 a 2000	5	81	81	—	16	577	577	—	5	81	81	—
De 2001 a 2005	195	8.205	8.205	—	326	18.222	1.389	—	195	8.205	8.205	—
De 2006 a 2010	562	20.057	20.057	—	995	46.417	—	—	562	20.057	20.057	—
De 2011 a 2015	1.357	62.770	62.770	—	464	81.980	793	—	1.357	62.770	62.770	—
De 2016 a 2019	2.587	104.967	104.967	—	506	2.114	64.637	99	2.587	104.967	104.967	—
Total	4.706	196.080	196.080	970	5.344	211.833	2.281	—	4.706	196.080	196.080	970

O prazo médio para pagamento de sinistros judiciais é de 54 meses.

c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais

	2019	2018
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	20.467	6.814
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontram provisionadas	21.517	7.825
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	66.570	30.078
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas	10.028	4.836

21. PROVISÕES JUDICIAIS

	2019		2018	
	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)	Provisões judiciais	Depósitos judiciais (*)
Natureza	3.475	2.855	201	223
Trabalhistas	21.266	25.656	740	742
Cíveis	—	—	2.634	2.554
Fiscais	—	—	1.987	1.926
PIS/COFINS	—	—	647	628
INSS	—	—	3.217	2.446
Outros	—	—	6.792	5.965
Total	24.741	28.511	6.792	5.965

(*) Não inclui depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial de R\$ 7.715 (R\$ 7.955 em 2018). **Provisões judiciais: Trabalhistas** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interpоста), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração. **Cíveis** - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionados a cobertura securitária), ou ainda relacionados a cobertura securitárias pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA - E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros. **Fiscais** - A Seguradora possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os depósitos judiciais que possui são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos com a data-base de 31 de dezembro de 2019. **PIS/COFINS** - Discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre suas receitas operacionais e financeiras. Decisão de segunda instância favorável. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. Considera como base de cálculo de referidos tributos sua base de cálculo de seguros. No quadro abaixo - itens I, II, III e IV - se encontram informados os valores em discussão quanto a suas receitas financeiras. A probabilidade de perda é classificada como possível. A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, entende que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute judicialmente a incidência dos tributos sobre a parcela de receitas financeiras atreladas aos ativos garantidores, em processo com decisão de segunda instância desfavorável. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário, que aguardam exame de admissibilidade. Com suspensão de exigibilidade, diferida em tutela. O valor total das receitas financeiras do período se encontra no quadro abaixo - itens V e VI. Para os períodos não relacionados, os tributos foram recolhidos.

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Provisão		Depósito		Valor do risco		
				2019	2018	2019	2018	2019	2018	
(1)	PIS/COFINS Multa	à 10/2013	Possível	—	—	1.987	1.926	1.987	1.926	
(2)	INSS Refis	—	Possível	—	—	647	628	647	628	
	Total risco possível					2.634	2.554	2.634	2.554	
	Nota (1) PIS/COFINS Multa									
	Discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS. Decisão de primeira instância favorável. Aguarda julgamento de Apelação da União.									
	Nota (2) INSS Refis									
	Discute débitos recolhidos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, exigidos em decorrência de erro no preenchimento de obrigações acessórias. Decisão de primeira instância parcialmente favorável. Aguarda julgamento de Apelação.									
	b) Movimentação									
	Saldo inicial									
	Constituições/Reversões	1.058	(3.850)	(2.792)	1.942	4.236	4.378	—	—	
	Pagamentos	(724)	(3.357)	(4.081)	(967)	(4.726)	(5.693)	—	—	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018		2019	2018
Resultado			Receita com resseguro	12.081	3.955
Sinistros ocorridos	(654)	(1.353)	IRB Brasil Resseguros S.A. (4)	(1.285)	(164)
MAPFRE Assistência Ltda. (2)	(654)	(1.353)	MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (4)	7.793	2.286
Outras receitas e despesas operacionais	2.218	(6.129)	MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (4)	5.573	1.833
Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	1	-	Despesa com resseguro	(9.390)	(4.213)
Banco do Brasil S.A.	273	-	IRB Brasil Resseguros S.A. (4)	-	(485)
BB Administradora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	-	2	MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (4)	(5.671)	(2.387)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (1)	359	-	MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (4)	(3.719)	(1.341)
IRB Brasil Resseguros S.A. (4)	1.531	202	Despesas administrativas	(939)	(953)
MAPFRE Capitalização S.A. (3)	(2.294)	(3.453)	MAPFRE Previdência S.A.	(102)	(204)
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	-	(1.975)	MAPFRE Saúde Ltda.	(830)	(727)
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (4)	1.961	(1.725)	MAPFRE Seguros Gerais S.A.	(7)	(22)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (4)	389	815	Despesas administrativas - Compartilhamento	(88.535)	(77.658)
Prevaude Comercial de Produtos e de Benefic. de Farmácia Ltda.	(2)	5	Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	-	(1.295)
Outras receitas e despesas operacionais - Compartilhamento	(1.376)	(1.718)	Brasileveículos Companhia de Seguros S.A. (1)	-	(3.958)
Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	-	(7)	Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A. (1)	-	(18.480)
Brasileveículos Companhia de Seguros S.A. (1)	-	(1)	MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)	(88.535)	(53.925)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A. (1)	-	(28)	Despesas financeiras - Taxa administrativa	(732)	(2.341)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)	(1.376)	(1.682)	BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM	(732)	(2.341)
Resultado com operações de resseguro	2.691	(258)	Total do resultado	(87.327)	(90.410)

(1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE.

(2) Refere-se a serviços com serviços de assistência 24h.

(3) Refere-se a compra de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros.

(4) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradores. Os valores são calculados de acordo as disposições contratuais previamente definidas.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração
É estabelecido anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração e benefícios dos Administradores, que é distribuída em reunião da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social, no valor de R\$ 500 (R\$ 1.068 em 2018). A Seguradora não tem como política pagar a empregados e Administradores remuneração baseada em ações.

27. OUTRAS INFORMAÇÕES
Comitê de Auditoria
O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução nº 321/2015 e alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados, tendo alcance sobre a Seguradora.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **MAPFRE Vida S.A.**
Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Opinião
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a

relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador-CRC 15P252419/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **MAPFRE Vida S.A.**
Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Seguradora, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionadas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Seguradora auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os

controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.

Outros Assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

EY Building a better working world
ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS
CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2679

Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial

	2019
Provisões Técnicas	
Provisão de Prêmios Não Ganhos	51.334
Provisão de Sinistros a Liquidar*	417.139
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados*	113.249
Provisão de Despesas Relacionadas	7.420
Outras Provisões*	5.134
Total de Provisões Técnicas	594.276
* Exclui os Saldos Referentes ao Convênio DPVAT	
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas	
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	2.506
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	952
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	70
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	3.528
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	341.472
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	183.966
Capital de Risco - Crédito (d)	14.904
Capital de Risco - Mercado (e)	12.374
Capital de Risco - Operacional (f)	2.228
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(15.819)
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f)+(g)	197.653
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	197.653
Suficiência do PLA (a) - (i)	143.819

DIRETORIA

LUIS GUTIÉRREZ MATEO Diretor Presidente	AGUSTIN DAVID BELLO CONDE VALDES FRANCISCO EUGÊNIO LABOURT	MAURÍCIO GALIAN OSCAR GARCIA-SERRANO JIMENEZ	RAPHAEL DE LUCA JUNIOR SIMONE PEREIRA NEGRÃO
---	--	--	--

CONTADORA

DANIELE GOMES YOSHIDA - CRC 1SP 255783/O-1

ATUÁRIA

VERA LÚCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817



INOVAR
cada vez mais.
CUIDAR
cada vez melhor.

Desenvolvemos soluções inteligentes para pessoas e empresas. Inovamos para cuidar do que é mais importante para você.

A seguradora com o mais amplo portfólio e com produtos fáceis de entender?

Aí eu vi MAPFRE.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes às atividades da MAPFRE Capitalização S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação.

Resultado Financeiro
O resultado financeiro totalizou R\$ 4,0 milhões, com aumento de 8,6% em relação ao ano anterior, decorrente da melhora no rendimento das aplicações financeiras.

Resultado do Exercício
A MAPFRE Capitalização S.A. apresentou, no exercício de 2019, lucro líquido de R\$ 1,5 milhão (R\$ 3,0 milhões no exercício de 2018).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas da MAPFRE Capitalização S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. Para 2019, realizando apenas a distribuição mínima, o limite do capital social seria atingido, portanto foi

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		103.496	104.710
Disponível		2	426
Caixa e bancos		2	426
Equivalente de caixa		1.227	
Aplicações	5	97.143	97.266
Créditos das operações de capitalização		1.471	3.666
Creditos das operações de capitalização	6	1.471	3.666
Títulos e créditos a receber		3.501	3.288
Títulos e créditos a receber	7	1.524	933
Creditos tributários e previdenciários	16b	1.614	1.881
Outros créditos		363	474
Outros valores e bens		146	54
Outros valores		146	54
Despesas antecipadas		10	10
Ativo não circulante		54.313	48.451
Realizável a longo prazo		54.076	47.947
Aplicações	5	54.040	47.581
Títulos e créditos a receber		36	366
Creditos tributários e previdenciários	16b	—	346
Depósitos judiciais e fiscais		36	20
Imobilizado		55	333
Intangível		—	171
Total do ativo		157.627	153.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

decisão a deliberação total do lucro do exercício após as deduções legais R\$ 1,4 milhão além de distribuição de exercício de anos anteriores R\$ 3,6 milhões à sua controladora MAPFRE Participações S.A..

Eventos Societários
Em 30 de novembro de 2018 a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram junto ao GRUPO MAPFRE, a assinatura do segundo aditivo ao Acordo de Parceria do Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE. Em continuidade, houve a reestruturação do GRUPO MAPFRE com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2019, onde a MAPFRE Capitalização S.A. passa a integrar o capital da MAPFRE Participações S.A., desta forma alterando o controle acionário desta Cia da MAPFRE Brasil Participações S.A. para a MAPFRE Participações S.A..

Esta reestruturação teve como objetivo unificar o controle acionário na MAPFRE Participações S.A. das operações de Seguros, Capitalização e Previdência.

Declaração de Capacidade Financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a MAPFRE Capitalização S.A. declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 8,1 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos.

Controles Internos
A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política do GRUPO MAPFRE sobre o tema e dos principais frameworks internacionais de controles, como o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

Periodicamente, a MAPFRE Capitalização S.A. realiza testes de controles internos, que visam evitar atuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas

regulamentações, atendimentos à Fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance
O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos. O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

Governança de Dados e Segurança da Informação
Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018.

Premiações e Campanhas
O mundo está mudando e o mercado de seguros também, em 2019, para esclarecer todas as dúvidas foi criado o MAPFRE Explica, um espaço para encontrar soluções criadas por quem mais entende dos clientes e de seguros, acesse www.mapfreexplica.com.br.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.
São Paulo, 19 de fevereiro de 2020
A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
Receita líquida com títulos de capitalização		34.917	41.343
(+) Arrecadação com títulos de capitalização	15a	154.263	169.750
(+/-) Variação da provisão para resgate	15b	(119.346)	(128.407)
(+) Variação das provisões técnicas	15c	597	863
(-) Resultado com sorteio	15d	(18.820)	(22.532)
(-) Custo de aquisição	15e	(3.789)	(3.296)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais		(168)	59
(+) Outras receitas operacionais		197	281
(-) Outras despesas operacionais		(365)	(222)
(-) Despesas administrativas	15f	(13.303)	(11.366)
(-) Despesas com tributos	15g	(1.084)	(1.944)
(+) Resultado financeiro	15h	4.022	3.705
(+) Receitas financeiras		9.864	9.233
(-) Despesas financeiras		(5.842)	(5.528)
(=) Resultado operacional		2.372	6.832
(-) Perdas com ativos não correntes		(314)	(314)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		2.058	6.832
(-) Imposto de renda	16a	(2.058)	(1.457)
(-) Contribuição social	16a	(430)	(1.148)
(-) Participações sobre o resultado		454	(1.210)
(=) Lucro líquido do exercício		1.474	3.017
(v) Quantidade de ações		12.000.000	12.000.000
(=) Lucro líquido por ação		0,12	0,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	1.474	3.017
Outros resultados abrangentes	334	1.223
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	1.371	1.223
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(1.037)	—
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	1.808	4.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	1.474	3.017
Ajustes para:	144.576	155.604
Depreciações e amortizações	152	341
Tributos diferidos	898	—
Variação das provisões técnicas - capitalização	143.212	155.263
Perdas com ativos não correntes	314	—
Variação nas contas patrimoniais:	(143.394)	(154.618)
Aplicações financeiras	(6.336)	(26.361)
Creditos das operações de capitalização	2.195	5.176
Creditos tributários e previdenciários	752	1.294
Despesas antecipadas	4	(5)
Depósitos judiciais e fiscais	(16)	—
Outros ativos	(572)	(434)
Obrigações a pagar	(2.560)	1.764
Impostos e contribuições	773	2.679
Débito de operações com capitalização	1.051	—
Depósitos de terceiros	2.135	130
Provisões técnicas - capitalização	(141.341)	(139.376)
Provisões judiciais	61	7
Outros passivos	126	(715)
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	334	1.223
Caixa gerado pelas operações	2.656	4.003
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(678)	(1.440)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(441)	(1.145)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.537	1.418

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Pagamento pela compra:

Imobilizado	(17)	(135)
Intangível	—	(187)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(17)	(322)

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Pagamento de dividendos

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(717)	(1.158)
--	--------------	----------------

Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	426	488
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.229	426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

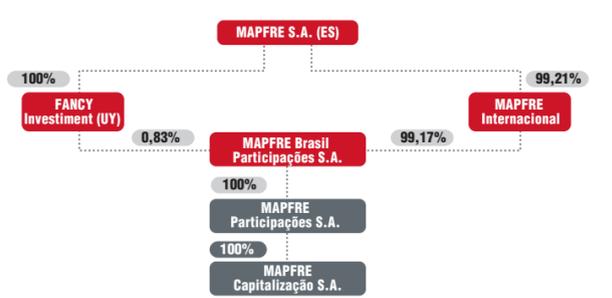
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	12.000	1.651	7.352	—	—	21.003
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	1.223	—	1.223
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	3.017	3.017
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	—	151	—	—	(151)	—
Reserva de investimento	—	—	2.149	—	(2.149)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	—	(717)	(717)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.000	1.802	9.501	1.223	24.526	49.052
Títulos e valores mobiliários	—	—	—	334	—	334
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	1.474	1.474
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	—	74	—	—	(74)	—
Dividendos propostos	—	—	(3.600)	—	(1.400)	(5.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.000	1.876	5.901	1.557	—	21.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante designada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia tem por objeto fornecer ao público em geral a constituição de capitais mínimos perfeitamente determinados em planos de capitalização, a serem operados, comercializados e administrados de acordo e nos termos da legislação aplicável às sociedades de capitalização. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns aborçados segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2019, o GRUPO MAPFRE apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2020. **b) Comparabilidade:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia ajustou para fins de comparabilidade os valores apresentados anteriormente na demonstração do fluxo de caixa as linhas de variações das provisões técnicas - capitalização, que, entretanto, devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do exercício. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Notas 3a e 5 - Aplicações e instrumentos financeiros; • Notas 3e e 10 - Provisões técnicas; • Notas 3f e 12 - Provisões judiciais; e • Notas 3k e 15 - Imposto de renda e contribuição social. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de prazos esperados de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17). **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Companhia está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigor em 1º de janeiro de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus investimentos nas seguintes categorias: *i.* Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias com risco insignificante de mudança de valor justo e que não estejam vinculados com garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii.* Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii.* Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iv.* Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *v.* Determinação do valor justo: Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota 5c. *vi.* Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de capitalização", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i.* Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A perda de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda

é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda de valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii.* Ativos não financeiros: Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, reduzido por depreciação acumulada do ativo, até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear. **d) Intangível:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear. **e) Provisões técnicas:** As provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, da MAPFRE Capitalização S.A., foram elaboradas em todos os aspectos de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

	2019		2018	
	AAA rating	Total	AAA rating	Total
Ativos financeiros - rating	151.188	151.188	144.854	144.854
Títulos de renda fixa públicos (*)	–	(5)	–	(7)
Caixa/Contas a pagar/Contas a receber	151.188	(5)	144.854	(7)

(*) Inclui operação compromissada com lastro em títulos públicos no montante de R\$ 4.928 (R\$ 17.068 em 2018). O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações a medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a pagar. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Não obstante a Companhia apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos ativos e do passivo, não apresenta insolvência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

2019	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	2	–	–	2
Equivalente de caixa	1.221	–	–	1.221
Aplicações	45.250	91.980	13.953	151.183
Créditos das operações de capitalização	1.471	–	–	1.471
Títulos e créditos a receber (*)	1.887	–	–	1.887
Outros valores e bens	146	–	–	146
Despesas antecipadas	6	–	–	6
Total do ativo	49.989	91.980	13.953	155.922
Contas a pagar	6.671	898	–	7.569
Débitos de operações com capitalização	1.051	–	–	1.051
Depósitos de terceiros	2.550	–	–	2.550
Provisões técnicas - capitalização	125.054	–	–	125.054
Total do passivo	135.326	898	–	136.224
Total do divórcio	14.663	91.082	13.953	129.698
Caixa	426	–	–	426
Aplicações	26.327	115.353	3.167	144.847
Créditos das operações de capitalização	3.666	–	–	3.666
Títulos e créditos a receber (*)	1.407	–	–	1.407
Outros valores e bens	54	–	–	54
Despesas antecipadas	10	–	–	10
Total do ativo	31.890	115.353	3.167	150.410
Contas a pagar	5.029	–	–	5.029
Depósitos de terceiros	415	–	–	415
Provisões técnicas - capitalização	123.183	–	–	123.183
Total do passivo	128.627	–	–	128.627

(*) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 36 (R\$ 20 em 2018) e provisões judiciais de R\$ 69 (R\$ 8 em 2018), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa de incerteza do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 1.614 (R\$ 2.227 em 2018) também não foram classificados no quadro acima. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de stress, *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos da Companhia, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

	2019	2018
Fundo	VaR	Patrimônio
Capitalização	59	148.589

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de *ALM - Asset & Liability Management* da Companhia, que contempla as carteiras administradas e os fundos em ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 1,71 anos (2,01 em 2018) frente a um patrimônio de R\$ 51.446 (R\$ 46.359 em 2018) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* do GRUPO MAPFRE, sendo revisto, periodicamente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Vencimento			Sem vencimento (D)	Valor contábil de (E = A + B + C + D)	Valor de curva de mercado (F)	Valor Ganho/(Perda) não realizada (G)	2019	%	2018	%	
		1 ano (A)	Entre 1 e 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)									
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		45.255	41.839	10.054	(5)	97.143	97.100	97.143	43	97.143	65%	97.266	67%
Fundos de investimentos		45.255	41.839	10.054	(5)	97.143	97.100	97.143	43	97.143	100%	97.266	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	40.325	41.838	10.054	–	92.217	92.174	92.217	43	92.217	95%	80.172	82%
Títulos de dívida agrária - TDA	2	–	1	–	–	3	3	–	–	3	0%	23	0%
Operações compromissadas (*)	2	4.928	–	–	–	4.928	4.928	–	–	4.928	5%	17.068	18%
Caixa/Contas a pagar/Contas a receber	2	–	–	–	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	0%	(7)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda			45.921	43.327	–	45.921	43.327	45.921	2.594	45.921	30%	40.919	28%
Carteira administrada			45.921	–	–	45.921	43.327	45.921	2.594	45.921	100%	40.919	100%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	–	45.921	–	–	45.921	43.327	45.921	2.594	45.921	100%	40.919	100%
Ativos mantidos até o vencimento			4.220	3.899	–	8.119	8.119	11.046	2.927	8.119	5%	6.662	5%
Fundo de investimento			4.220	3.899	–	8.119	8.119	11.046	2.927	8.119	100%	6.662	100%
Letras do tesouro nacional - NTN-B	1	–	–	3.899	–	3.899	3.899	6.502	2.603	3.899	48%	3.168	48%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	–	4.220	–	–	4.220	4.220	4.544	324	4.220	52%	3.494	52%
Total		45.255	91.980	13.953	(5)	151.183	148.546	154.110	5.564	151.183	100%	144.847	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos público.

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.
- c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda variável e renda fixa privados tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil Bolsa Balcão. O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

	2019		2018	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
LTN	9,11%	9,11%	9,11%	9,11%
NTN-B	7,50%	7,35%	7,50%	7,35%
NTN-F	12,91%	10,60%	12,91%	10,60%
TDA	9,25%	9,24%	10,05%	9,03%

e) Movimentação das aplicações financeiras

	2018		2019	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Valor justo por meio do resultado	97.266	54.476 (59.375)	4.776	97.143
Disponíveis para venda	40.919	–	1.371	3.631 45.921
Mantidos até o vencimento	6.662	–	–	1.457 8.119
Total	144.847	54.476 (59.375)	1.371	9.864 151.183
	2017		2018	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Valor justo por meio do resultado	110.822	68.671 (89.298)	–	7.071 97.266
Disponíveis para venda	–	36.774	–	1.223 2.922 40.919
Mantidos até o vencimento	7.664	–	–	(1.002) 6.662
Total	118.486	105.445 (89.298)	1.223	8.991 144.847

10. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2019		2018	
	Provisão para capitalização - PMC	Provisão para resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP
Saldo Inicial	99.713	8.001	60	15.185
Constituição de provisão	122.823	–	19.223	334
Atualização monetária e juros	5.747	–	8	3
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(17.821)
Pagamento de resgates	–	(123.520)	–	–
Títulos cancelados	–	(3.477)	–	–
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(18.900)	–
Transferência PRA	(43.611)	43.611	–	–
Transferência PRV	(82.949)	82.949	–	–
Transferências PDB	–	26	–	(26)
Decremento Bônus	–	–	–	(321)
Receitas com penalidades	–	(123)	–	–
Outras provisões	–	(648)	–	(6)
Saldo final	98.246	10.296	391	15.855
	2019		2018	
	Provisão para capitalização - PMC	Provisão para resgate - PR	Provisão para sorteios a realizar - PSR	Provisão para sorteios a pagar - PSP
Saldo Inicial	88.369	4.186	962	13.584
Constituição de provisão	130.851	–	22.958	22.531
Atualização monetária e juros	5.449	–	–	3
Pagamento de títulos sorteados	–	–	–	(20.933)
Pagamento de resgates	–	(118.443)	–	–
Títulos cancelados	–	(2.283)	–	–
Constituição de despesas administrativas	–	–	–	–
Baixa de despesas administrativas	–	–	–	–
Baixa de sorteio decorrido	–	–	(23.860)	–
Transferência PRA	(43.487)	43.487	–	–
Transferência PRV	(79.186)	79.186	–	–
Transferências PDB	–	26	–	(26)
Decremento Bônus	–	–	–	–
Receitas com penalidades	–	(280)	–	–
Outras provisões	–	(161)	–	–
Saldo final	99.713	8.001	60	15.185

11. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2019	2018
Provisões técnicas	125.054	123.183
Total a ser coberto	125.054	123.183
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	97.143	97.266
Ativos financeiros disponíveis para venda	45.921	40.919
Ativos mantidos até o vencimento	11.046	8.112
Total de aplicações (*)	154.110	146.297
Ativos livres	29.056	23.114

(*) Conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, art. 103 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor de mercado.

12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2019	2018
De 1 a 60 dias	978	415
De 61 a 120 dias	1.572	–
Total	2.550	415

ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de riscos aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i*. Taxa de juros; e *ii*. Cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. A Companhia não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro da carteira atual, que totaliza R\$ 154.110 (R\$ 146.297 em 2018). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Companhia foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Fator de risco

Taxa de juros e cupons
a) Elevação de taxas (1.469)
b) Redução de taxas (1.469)
Parâmetros: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades:
• Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
• Exigências para reconciliação e monitoramento de operações;
• Cumprimento com as exigências regulatórias e legais;
• Documentação de controles e procedimentos;
• Avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
• Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
• Desenvolvimento de planos de contingência;
• Treinamento e desenvolvimento profissional;
• Padrões éticos e comerciais; e
• Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação de *Compliance* para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio líquido ajustado - PLA igual ou superior ao Capital mínimo requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o Capital base e o Capital de risco - CR. A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

	2019	2018
1. Ajustes contábeis	21.334	(6)
Patrimônio líquido	–	–
Despesas antecipadas	–	–
Patrimônio líquido ajustado		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da MAPFRE Capitalização S.A. (‘‘Companhia’’), que examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A. (‘‘Companhia’’), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, cumprindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada ‘‘Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras’’. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou, ao contrário, com o conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da MAPFRE Capitalização S.A. (‘‘Companhia’’), que examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da MAPFRE Capitalização S.A. (‘‘Companhia’’), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Companhia é responsável pelos itens auditados definidos no parágrafo acima de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os

controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S.S
CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2679

DIRETORIA

ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO	RAPHAEL DE LUCA JUNIOR	FRANCISCO ENGENIO LABOURT	MAURÍCIO GALIAN	SIMONE PEREIRA NEGRÃO
------------------------------	------------------------	---------------------------	-----------------	-----------------------

CONTADORA

DANIELE GOMES YOSHIDA CRC 1SP 255783/O-1	ATUÁRIA	VERA LÚCIA FERNANDES LOPES MIBA 817
---	---------	--

MAPFRE Seguros Gerais S.A.

CNPJ: 61.074.175/0001-38



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes às atividades da MAPFRE Seguros Gerais S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 5/17/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação.

Em 2019, a Seguradora apresentou prêmios emitidos de R\$ 6,1 bilhões, redução de 5,2% em relação ao ano anterior.

No cumprimento de Auto, houve redução de 5%, justificada pela estratégia aplicada de maior controle técnico na área e pelo reposicionamento de taxas, contribuindo para redução da sinistralidade.

Resultado Financeiro
O resultado financeiro totalizou R\$ 213,6 milhões, com aumento de 21,7% em relação ao ano anterior, impactado pela redução da despesa com atualização monetária e juros, proveniente da revisão de políticas e negociações dos sinistros judiciais pendentes acima de 10 anos e eficiência da Política de Reinvestimento.

Resultado do Exercício
A MAPFRE Seguros Gerais S.A. apresentou, no exercício de 2019, lucro líquido de R\$ 58 milhões (prejuízo de R\$ 340,4 milhões no exercício de 2018).

Em Auto, o foco está em melhorar cada vez mais nosso Índice combinado, para reduzir a sinistralidade, aumentando a eficiência operacional e a rentabilidade, o que já vem ocorrendo. Nesse sentido, o Programa Conexão Global, que envolve as áreas Técnica, Atuária, Operações e TI, vai seguir avançando em seus 28 projetos até final de 2020.

Adicionalmente, a revisão na Política de subscrição impactou diretamente na melhora da inadimplência e sinistralidade em 9,52 p.p. para Automóvel e 11,25 p.p. para Rural.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas da MAPFRE Seguros Gerais S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Seguradora, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros acumulados ou de Reservas existentes.

Não serão distribuídos dividendos decorrente do lucro líquido do exercício de 2019, tendo em vista que haviam Prejuízos acumulados a serem absorvidos.

Eventos Societários
Após obtenção de aprovação prévia junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conforme carta homologatória Eletrônica SUSEP nº 33/2019, datada de 03 de setembro de 2019, e aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2019, foi realizada a incorporação e, por consequência, a extinção da Brasilveiculos Companhia de Seguros, pela MAPFRE Seguros Gerais S.A., e com a incorporação o capital social da MAPFRE Seguros Gerais S.A. aumentou em R\$ 335,4 milhões, e o valor remanescente do patrimônio líquido da Brasilveiculos, de R\$ 142,9 milhões, foi destinado às demais contas de patrimônio líquido da incorporadora referentes à Reserva de Lucros, Ajuste de avaliação patrimonial e Lucros acumulados na mesma forma e nos mesmos valores que eram classificados no patrimônio líquido da Incorporadora.

Declaração de Capacidade Financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 5/17/2015 e alterações, a MAPFRE Seguros Gerais S.A. declara deter, na consideração ‘‘mantidos até o vencimento’’, títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 902,5 milhões e, considerando ‘‘re capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.’’

Controles Internos
A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável.

Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política do GRUPO MAPFRE

sobre o tema e dos principais frameworks internacionais de controles, como o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

Periodicamente, a MAPFRE Seguros Gerais realiza testes de controles internos, que visam evitar atuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à Fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance
O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

Governança de Dados e Segurança da Informação
Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do GRUPO MAPFRE, alinhada a nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018.

Prêmios e Campanhas
O mundo está mudando e o mercado de seguros também, em 2019, para esclarecer todas as dúvidas foi criado o MAPFRE Explica, um espaço para encontrar soluções criadas por quem mais entende dos clientes e de seguros, acesse www.mapfreexplica.com.br.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		8.956.845	7.630.797	Circulante		7.959.613	7.074.127
Disponível	5	95.399	23.841	Contas a pagar		469.469	350.543
Caixa e bancos		95.399	23.841	Obrigações a pagar	16	297.645	207.441
Equivalente de caixa	5	31.326	23.520	Impostos e encargos sociais a recolher	17	131.801	108.516
Aplicações	6	3.036.384	2.302.050	Encargos trabalhistas		29.822	25.526
Créditos das operações com seguros e resseguros		2.209.797	2.086.087	Impostos e contribuições	18	10.201	9.060
Prêmios a receber	7	2.093.761	1.644.763	Débitos de operações com seguros e resseguros		837.727	1.169.147
Operações com seguradoras		5.152	16.391	Prêmios a restituir		4.282	-
Operações com resseguradoras	8a	110.884	424.933	Operações com seguradoras	19	22.666	64.026
Outros créditos operacionais	9	165.372	51.753	Operações com resseguradoras	8b	499.747	873.271
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8a	2.432.345	2.299.828	Corretores de seguros e resseguros	20	217.015	151.176
Títulos e créditos a receber		327.903	291.457	Outros débitos operacionais	21	94.017	80.674
Títulos e créditos a receber	10a	127.908	131.868	Depósitos de terceiros	22	304.084	141.691
Créditos tributários e previdenciários	30b	161.721	127.388	Provisões técnicas - seguros	23	6.348.333	5.412.746
Outros créditos	10d	38.274	32.201	Danos		6.101.932	5.151.587
Outros valores e bens		104.926	63.082	Pessoas		246.401	261.159
Bens a venda	11a	30.583	62.625	Passivo não circulante		2.561.660	1.396.000
Outros valores	11b	74.343	457	Provisões técnicas - seguros	23	1.656.246	1.077.120
Despesas antecipadas		11.491	10.819	Danos		1.502.932	922.794
Custos de aquisição diferidos	12	541.902	478.360	Pessoas		153.314	154.326
Seguros		541.902	478.360	Outros débitos		905.414	318.880
Ativo não circulante		4.076.482	2.796.433	Provisões judiciais	27	905.414	318.880
Realizável a longo prazo		3.754.671	2.452.336	Patrimônio líquido	28	2.512.054	1.957.103
Aplicações	6	1.384.524	999.886	Capital social		2.408.177	2.072.858
Créditos das operações com seguros e resseguros		30.376	75.684	Reservas de capital		542	542
Prêmios a receber	7	30.376	75.684	Reservas de reavaliação		397	397
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8a	356.395	152.226	Reservas de lucros		73.127	-
Títulos e créditos a receber		1.852.602	1.123.935	Ajustes de avaliação patrimonial		29.811	11.098
Créditos tributários e previdenciários	30b	994.504	908.589	Prejuízo acumulado		-	(127.792)
Depósitos judiciais e fiscais	27a	858.098	215.346				
Custos de aquisição diferidos	12	130.774	100.605				
Seguros		130.774	100.605				
Investimentos		4.074	7.026				
Participações societárias	13	4.028	6.992				
Outros investimentos		46	34				
Imobilizado	14	49.884	68.758				
Imóveis de uso próprio		21.400	32.910				
Bens móveis		14.540	18.796				
Outras imobilizações		13.944	17.052				
Intangível	15	267.853	268.313				
Total do ativo		13.033.327	10.427.230	Total do passivo e patrimônio líquido		13.033.327	10.427.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
Prêmios emitidos	29b	6.088.119	6.402.908
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	29c	230.727	(14.429)
(=) Prêmios ganhos	29a	6.318.846	6.388.479
(+) Receita com emissão de apólices		10.940	12.606
(-) Sinistros ocorridos	29d	(4.058.961)	(4.336.907)
(-) Custos de aquisição	29e	(1.403.415)	(1.417.107)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	29f	(245.279)	(438.071)
(-) Resultado com operações de resseguro	29g	60.609	(32.911)
(+) Receitas com resseguro		1.380.428	1.297.828
(-) Despesas com resseguro		(1.319.819)	(1.330.739)
(+) Despesas administrativas	29h	(658.962)	(712.951)
(-) Despesas com tributos	29i	(140.933)	(115.200)
(+) Resultado financeiro	29j	213.636	167.292
(+) Receitas financeiras		310.248	339.548
(-) Despesas financeiras		(96.612)	(172.256)
(+) Resultado patrimonial		1.148	1.224
(=) Resultado operacional	29k	97.629	(483.546)
(+/-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		19.566	(574)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		117.195	(484.120)
(-) Imposto de renda	30a	(612)	134.161
(-) Contribuição social	30a	(10.522)	38.748
(-) Participações sobre o resultado		(48.109)	(29.182)
(=) Lucro líquido/Prejuízo do exercício		57.952	(340.393)
(+) Quantidade de ações		1.692.948.893	1.367.567.923
(=) Lucro líquido/Prejuízo por ação		0,03	(0,25)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	57.952	(340.393)
Outros resultados abrangentes	18.713	9.447
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	28.816	17.176
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(70.943)	(324.024)
Saldo de incorporação (nota nº 1a)	57.952	(340.393)
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	76.665	(330.946)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

a) Incorporação da Brasiveículos Companhia de Seguros: Essas demonstrações financeiras individuais contemplam a incorporação da Brasiveículos Companhia de Seguros em 1º de novembro de 2019, a Seguradora incorporou a totalidade do patrimônio, também controlada pela MAPFRE Participações S.A., com o objetivo de promover a reorganização societária, maximizando operações e recursos disponíveis, consequentemente, eliminando os custos operacionais e administrativos. Os acionistas aprovaram a incorporação através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2019 e foi protocolado na SUSEP em 27 de novembro de 2019. Os saldos contábeis incorporados estão apresentados abaixo:

Ativos	
Circulante	1.595.293
Disponível	70
Equivalente de caixa	3.645
Aplicações	854.818
Créditos das operações com seguros e resseguros	540.835
Prêmios a receber	540.835
Outros créditos operacionais	3.002
Títulos e créditos a receber	37.023
Títulos e créditos a receber	1.495
Créditos tributários e previdenciários	39.528
Outros valores e bens	39.822
Despesas antecipadas	2.576
Custos de aquisição diferidos	103.602
Ativo não circulante	1.126.152
Realizável a longo prazo	1.080.237
Aplicações	340.878
Créditos das operações com seguros e resseguros	11.598
Prêmios a receber	11.598
Títulos e créditos a receber	689.490
Créditos tributários e previdenciários	90.332
Depósitos judiciais e fiscais	599.158
Outros valores e bens	38.237
Investimentos	1.374
Imobilizado	478.700
Intangível	44.024
Total do ativo	2.721.445
Passivo	
Circulante	1.257.022
Contas a pagar	73.022
Obrigações a pagar	25.880
Impostos e encargos sociais a recolher	39.385
Impostos e contribuições	2.534
Outras contas a pagar	39.822
Debitos de operações com seguros e resseguros	65.422
Prêmios a restituir	685
Corretores de seguros e resseguros	63.380
Outros débitos operacionais	1.357
Depósitos de terceiros	6.841
Provisões técnicas - seguros	1.111.737
Passivo não circulante	985.722
Provisões técnicas - seguros	466.594
Outros débitos	519.128
Provisões técnicas - seguros	121.818
Patrimônio líquido	478.700
Total do passivo e patrimônio líquido	2.721.445

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2020. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **e) Classificação dos contratos de seguro:** Nota 3b, 3m, 23 e 26 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos. **f) Aplicações:** Nota 10b - Ressarcimento a receber - estimados. **g) Nota 7 - Prêmios a Receber** (redução ao valor recuperável). **h) Nota 3n e 27 - Provisões judiciais;** e **Nota 3s e 30 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.** **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras individuais, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, com também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Seguradora optou por aplicar a isenção de reconhecimento de mudança de classificação de ativos financeiros. **CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17): CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil (RZ) (IFRS 16):** Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2019, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Um arrendatário reconhece um ativo e direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A referida norma será aplicável quando referendada pela SUSEP. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais. Em 31 de dezembro de 2019, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento da Seguradora no âmbito de arrendamentos operacionais não canceláveis são apresentados na nota explicativa nº 29f. **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A Seguradora está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pelo qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Caixa e equivalente de caixa:* Inclui caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de no máximo 90 dias, saldos em reserva de mudança de valor justo e que não estejam vinculadas a qualquer garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. *vi. Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamento de juros e juros de juros que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, deduzido de quaisquer provisões técnicas. *ii. Instrumentos financeiros:* Quando o custo de aquisição de um instrumento financeiro excede o valor justo, o excesso é registrado como uma perda de valor recuperável. **c) Outros valores e bens:** **Bens a venda - Salvados:** Substancialmente oriundo de indenizações integrais, os Salvados a venda são estimados e contabilizados, pelo resultado na combinação do histórico de vendas da Seguradora e da Tabela FIPE ou Molcar, líquido dos custos de venda. **• Salvados e ressarcimentos estimados:** Salvados e Ressarcimentos estimados são calculados através de técnicas estatísticas e atuariais especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros, de um determinado histórico. A Seguradora registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados, os salvados são registrados no grupo de "Outros Valores e Bens" e os ressarcimentos são registrados em "Títulos e créditos a receber" conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. **d) Investimentos:** **Participações societárias:** Compreende substancialmente investimento na controlada MAPFRE Seguros S.A. (atual denominação BB MAPFRE Assistência S.A.), estando avaliado por equivalência patrimonial nas presentes demonstrações financeiras individuais. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 14. **f) Intangível:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 15 e contrato de exploração de canal *affinity*, com amortização proporcional ao volume de certificados emitidos no referido canal. **g) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando puder ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices/faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriação de bases de juro, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativo aos riscos vigentes sem emissão das

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas financeiras em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as despesas decorrentes desse resseguro apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3b *ii.* Os valores a receber e a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **j) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 20 meses. **k) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPGNG é constituída pela parcela dos prêmios não ganhos, calculada com base em estatísticas de sinistros ocorridos no início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos - PPNNG-RVNE é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Excedentes Técnicos - PET é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de supervit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados - IBNER, como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas que não podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR é constituída para os sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço patrimonial. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **l) Operações com o Convênio DPVAT:** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. na proporção do percentual de participação da Seguradora no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. **m) Teste de adequação dos passivos - TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro e a Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a cada data de balanço e que o gerentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado e executado com o valor contábil total dos passivos e dividido pelo saldo deduzido dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaíveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas projetadas relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocaíveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNeR e PET. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado à soma das provisões técnicas PPNNG e PPNNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a média projetada de sinistros entre o último mês de apuração e o último mês de apuração dos últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 61,2% para a Seguradora. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT e SFH/SH não foram objetos de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento é provável e seu montante pode ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **o) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrados pela MAPFRE Previdência S.A. e Brasilprev Seguros e Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são contabilizados pelo custo do salário bruto líquido dos descontos previdenciários e previdenciários. A obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios pós-emprego:* Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 a 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. **p) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, despesas com apólices e contratos de seguros e as despesas com rastreadores. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (reconhecidas) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos. **r) Arrendamento:** O reconhecimento de um contrato de arrendamento de longo prazo pelo arrendatário é baseado no reconhecimento de um contrato de arrendamento. Os arrendamentos de alto imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e, portanto são classificados como arrendamentos financeiros não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos financeiros são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, a partir de janeiro de 2019. Até dezembro de 2018, em razão do disposto na Lei nº 13.169/2015, a alíquota da CSLL aplicada foi de 20%. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e em conformidade com o ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **• Risco de subscrição;** **• Risco de crédito;** **• Risco de liquidez;** **• Risco de mercado;** **• Risco operacional;** e **• Gestão de capital.** A finalidade dessa nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrangem desde a Alta Administração até os diversos níveis de negócios e produção na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Seguradora. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, a Seguradora criou o Comitê de Riscos, com a finalidade de estabelecer o Conselho de Administração e o Conselho de Riscos. O Conselho de Administração é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; **• Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **• Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolver e executar, no caso, as decisões dos órgãos de Administração dos negócios. **• Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar os investimentos do GRUPO MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos em ativos financeiros e instrumentos financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; **• Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuariais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. Auditoria Interna fornece análises, avaliações, reconciliações, pareceres e informações relevantes às atividades examinadas, por meio de relatórios, análises, planos de ação, relatórios de acompanhamento. Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a

qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e exista interesse sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de, certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e volútos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	Bruto de resseguro (*)					
	Auto	%	Danos	%	Demais	% Total
Centro-Oeste	124.818	2%	31.678	1%	148.057	2%
Nordeste	220.790	3%	40.503	1%	125.773	2%
Norte	38.030	1%	14.516	0%	44.821	1%
Sudeste	1.787.293	38%	1.015.737	1%	1.247.159	21%
Total	461.115	8%	253.397	4%	435.576	7%
Total	2.632.046	44%	1.355.831	23%	2.001.386	33%
					5.989.263	100%
					Líquido de resseguro (**)	

Região geográfica	Bruto de resseguro (**)					
	Auto	%	Danos	%	Demais	% Total
Centro-Oeste	124.818	2%	27.360	1%	130.552	3%
Nordeste	220.790	4%	28.402	1%	120.531	3%
Norte	38.030	1%	7.785	0%	42.422	1%
Sudeste	1.787.293	38%	343.007	7%	886.447	19%
Total	461.115	9%	174.665	4%	354.777	7%
Total	2.632.046	54%	581.219	13%	1.534.229	33%
					6.323.500	100%
					Líquido de resseguro (***)	

Região geográfica	Bruto de resseguro (***)					
	Auto	%	Danos	%	Demais	% Total

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	23.841	-	-	23.841
Equivalente de caixa	23.520	-	-	23.520
Aplicações (*)	1.249.030	849.419	811.426	2.909.875
Créditos das operações com seguros e resseguros	2.086.087	75.684	-	2.161.771
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	1.456.380	694.389	214.807	2.365.576
Outros créditos operacionais	51.753	-	-	51.753
Títulos e créditos a receber (**)	164.069	-	-	164.069
Outros valores e bens	58.250	4.824	-	63.074
Despesas antecipadas	10.819	-	-	10.819
Custos de aquisição diferidos	478.360	100.605	-	578.965
Total do ativo	5.602.117	1.724.921	1.026.233	8.353.271
Provisões técnicas (***)	3.884.128	1.175.952	327.865	5.387.945
Contas a pagar	350.543	-	-	350.543
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.169.147	-	-	1.169.147
Depósitos de terceiros	141.691	-	-	141.691
Total do passivo	5.545.509	1.175.952	327.865	7.049.326

(*) Para a alocação das aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, nos valores de R\$ 395.563 (R\$ 392.061 em 2018) e R\$ 394.939 (R\$ 392.065 em 2018), respectivamente não foram classificados no quadro acima por não estar sob gestão da Administração. (***) Os depósitos judiciais e fiscais e as provisões judiciais, nos montantes de R\$ 858.098 (R\$ 215.346 em 2018) e R\$ 905.414 (R\$ 318.880 em 2018), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 1.156.225 (R\$ 1.035.977 em 2018), também não foram classificados no quadro acima. (***) As provisões de sinistros a liquidar judiciais bruto e de resseguro R\$ 980.664 (R\$ 709.856 em 2018) e R\$ 278.333 (R\$ 86.478 em 2018) não foram considerados. No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

Fundo	2019	
	VaR	Patrimônio
Liquidez	254	1.378.810
Rentabilidade	1	5.178
Recursos de liquidez FIRF	351	765.458

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras de *ALM - Asset & Liability Management* da Seguradora, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos maiores até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 3,66 anos em 2018) frente a um patrimônio de R\$ 1.473.679 (R\$ 1.049.506 em 2018) e está de acordo com as diretrizes de ALM do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê de Investimentos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, sensibilidade, sensibilidade a liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das carteiras históricas de taxa de juros em período recente e a premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Seguradora não resgata antecipadamente os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade. Do total de R\$ 4.420.908 (R\$ 3.301.936 em 2018) de aplicações financeiras incluindo as operações compromissadas, R\$ 395.563 (R\$ 392.061 em 2018) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT e outras aplicações de R\$ 208 em 2018. Dessa forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 4.025.345 (R\$ 2.909.667 em 2018). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Seguradora foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

Fator de risco	2019
	Impacto no patrimônio líquido/resultados (bruto de impostos)
Taxa de juros e cupons	36.866
a) Elevação de taxas	(36.866)
b) Redução de taxas	-
Parâmetros 100 basis points nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes	-

Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo

6. APLICAÇÕES

a) **Composição por prazo e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Hierarquia a valor justo	Até 1 ano (A)	Entre 1 e 5 anos (B)	Acima de 5 anos (C)	Vencimento		Ativos		Total				
					Sem vencimento (D)	Valor contábil (E=A+B+C+D)	Valor de curva (F)	Valor de mercado (G)		Ganho/(Perda) Não realizada (G - F)	2019 (E)	% (H)	2018 (H)
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		1.128.337	811.089	510.111	448.007	2.897.544	2.897.343	2.897.543	200	2.897.544	66%	2.232.045	67%
Fundos de investimentos		1.128.337	811.089	510.111	448.007	2.897.544	2.897.343	2.897.543	200	2.897.544	100%	2.232.045	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	57.643	809.792	510.084	-	1.377.519	1.377.351	1.377.517	166	1.377.519	47%	896.404	40%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	865	1.297	27	-	2.189	2.156	2.190	34	2.189	0%	2.327	0%
Operações compromissadas (*)	2	1.069.829	-	-	-	1.069.829	1.069.829	1.069.829	-	1.069.829	37%	891.993	40%
Quotas de fundos de investimentos	2	-	-	-	-	52.981	52.981	52.981	-	52.981	2%	49.628	2%
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	2	-	-	-	-	395.563	395.563	395.563	-	395.563	14%	392.061	18%
Caixa/Contas a pagar e a receber	2	-	-	-	-	(537)	(537)	(537)	-	(537)	-	(368)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda		104.940	136.884	379.005		620.829	571.144	620.829	49.685	620.829	14%	425.408	13%
Carteira administrada		104.940	136.884	379.005		620.829	571.144	620.829	49.685	620.829	100%	425.408	100%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	102.598	-	-	102.598	102.613	102.598	(15)	102.598	17%	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	379.005	-	379.005	329.887	379.005	49.118	379.005	61%	336.449	79%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	14.699	6.540	-	-	21.239	20.697	21.239	542	21.239	3%	-	-
Certificados de depósitos bancários - CDB	2	55.872	-	-	-	55.872	55.871	55.872	1	55.872	9%	28.226	7%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.178	1%
Debêntures	2	7.928	27.746	-	-	35.674	35.638	35.674	36	35.674	6%	35.960	8%
Letras financeiras - LF	2	26.441	-	-	-	26.441	26.438	26.441	3	26.441	4%	19.595	5%
Ativos mantidos até o vencimento		33.900	519.103	349.532		902.535	902.535	1.121.277	218.742	902.535	20%	644.275	20%
Fundos de investimentos		33.900	519.103	349.532		902.535	902.535	1.121.277	218.742	902.535	100%	639.700	99%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	33.900	237.124	349.532	-	620.556	620.556	813.893	193.337	620.556	69%	336.520	52%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	260.753	-	-	260.753	260.753	285.027	24.274	260.753	29%	278.570	44%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	21.226	-	-	21.226	21.226	22.357	1.131	21.226	2%	20.005	3%
Debêntures	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.605	1%
Carteira administrada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.575	1%
Debêntures	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.575	100%
Outras aplicações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	208	-
Total		1.267.177	1.467.076	1.238.648		4.420.908	4.371.022	4.639.649	268.627	4.420.908	100%	3.301.936	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

b) **Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período.

c) Determinação do valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autoregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	2019	2018
	Maior taxa	Menor taxa
LFT	100% da SELIC	100% da SELIC
NTN-B	7,62%	3,82%
NTN-C	4,85%	4,85%
NTN-F	12,91%	12,91%
LTN	9,27%	7,78%
TDA	10,04%	8,63%
CDB	102% do CDI	100% do CDI
Debênture	-	IPCA + 5,41% a.a.
Debênture	CDI + 1,4% a.a.	CDI + 1,15% a.a.
Debênture	111,50% do CDI	100,00% do CDI
Letra financeira	111,8% do CDI	104,00% do CDI

e) Movimentação das aplicações

	2018	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	Saldo de incorporação (nota 1a)	2019
Valor justo por meio do resultado	2.232.045	2.776.170	(3.087.024)	-	175.835	800.518	2.897.544
Disponíveis para venda	425.408	191.780	(2.019.599)	28.816	46.095	139.329	620.829
Mantidos até o vencimento	644.275	-	(30.540)	-	22.951	265.849	902.535
Outras aplicações	208	-	(208)	-	-	-	208
Total	3.301.936	2.967.950	(3.328.371)	28.816	244.881	1.205.696	4.420.908

	2017	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	Saldo de incorporação (nota 1a)	2018
Valor justo por meio do resultado	1.872.506	2.966.854	(2.737.893)	-	130.578	2.232.045	2.897.544
Disponíveis para venda	379.552	131.386	(138.700)	17.176	35.994	425.408	620.829
Mantidos até o vencimento	627.264	-	(46.756)	-	63.767	644.275	902.535
Outras aplicações	208	-	-	-	-	-	208
Total	2.879.530	3.098.240	(2.923.349)	17.176	230.339	3.301.936	4.420.908

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento

	2019	2018
	Prêmios a receber recuperável (*)	Prêmios a receber recuperável (*)
Ramos agrupados		
Automóvel	1.199.698	(26.553)
Patrimonial	401.770	(28.004)
Rural	102.594	(1.669)
Aeronáuticos	108.782	(6.039)
Microseguros	28.798	(2.430)
Riscos financeiros	51.481	(769)
Pessoas coletivas	70.570	(3.608)
Riscos especiais	72.425	-
Marítimos	29.073	(2.900)
Responsabilidades	33.433	(2.119)
Habitacional	328	-
Demais ramos	110.726	(11.450)
Total	2.209.678	(85.541)

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3b.ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2019	2018
Saldo inicial	1.720.447	1.816.849
(+) Prêmios emitidos (*)	8.900.398	7.143.042
(+) IOF	(13.054)	(7.900)
(+) Adicional de fracionamento	(17.102)	8.577
(-) Prêmios cancelados (*)	(2.618.780)	(686.324)
(-) Recebimentos	(6.419.673)	(6.593.688)
(-/+ Reversão/Constituição de redução ao valor recuperável	19.468	39.891
(-/+ Saldo incorporação (nota nº 1a)	552.433	-
Saldo final	2.124.137	1.720.447

(*) Em 2019 foi emitida e cancelada uma apólice de R\$ 1.862.544 apresentando assim uma variação relevante.

desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais e contempla as seguintes atividades:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais - BDPO para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas;
- Desenvolvimento de planos de continuidade de negócios - PCN;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e
- Padr

14. IMOBILIZADO

	Taxa anual	2018	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo de incorporação (nota 1a)	2019
Imóveis de uso próprio	4%	32.910	569	(10.207)	(1.872)	32.910	21.400
Equipamentos	10%	12.552	825	(8)	(4.331)	18.998	9.126
Móveis, máquinas e utensílios	10%	4.901	67	—	(808)	4.968	4.262
Veículos	20%	1.343	250	(110)	(425)	1.468	1.152
Outras imobilizações	10%	17.052	1.686	(2.826)	(3.201)	12.331	13.944
Total		68.758	3.397	(13.151)	(10.637)	1.517	49.884

	Taxa anual	2017	Adições	Baixas	Amortização	2018
Imóveis de uso próprio	4%	34.557	352	(17)	(1.982)	32.910
Equipamentos	10%	9.680	12.412	(1.042)	(8.498)	12.552
Móveis, máquinas e utensílios	10%	2.938	3.813	(780)	(1.070)	4.901
Veículos	20%	1.305	1.119	(414)	(667)	1.343
Outras imobilizações	10%	19.714	379	(120)	(2.921)	17.052
Total		68.194	18.075	(2.373)	(15.138)	68.758

15. INTANGÍVEL

	Taxa anual	2018	Adições	Baixas	Amortização	2019
Desenvolvimento de sistemas	20%	148.488	38.725	(320)	(45.575)	140.024
Outros intangíveis (canal affinity)	—	119.825	—	(21.045)	(16.269)	82.511
Total		268.313	38.725	(21.365)	(61.844)	44.024

	Taxa anual	2017	Adições	Baixas	Amortização	2018
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	178.518	37.765	(17.095)	(50.700)	148.488
Outros intangíveis (canal affinity)	—	148.937	—	(1.624)	(27.488)	119.825
Total		327.455	37.765	(18.719)	(78.188)	268.313

16. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2019	2018
Fornecedores	239.664	175.154
Participação nos lucros a pagar	55.682	31.657
Compartilhamento de despesas (nota nº 32)	715	—
Outras obrigações	1.584	630
Total	297.645	207.441

23. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Provisões - DPVAT	Total
Saldo inicial	2.839.382	2.717.700	314.079	148.152	78.000	488	392.065	6.489.866
Constituições	6.177.236	167.656	270.639	780.962	49.015	267	101.323	7.547.098
Diferimento pelo risco decorrido	(6.412.966)	—	—	—	—	—	—	(6.412.966)
Aviso de sinistros	—	2.901.610	—	—	122.937	—	—	3.024.547
Pagamentos de sinistros	—	(3.820.407)	—	—	(188.947)	(503)	—	(4.009.857)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	975.115	—	—	49.741	—	—	1.024.856
Atualizações	—	7.281	—	—	273	—	—	7.554
Reversões	—	(157.144)	(237.731)	(580.218)	(34.298)	—	(235.459)	(1.244.850)
Saldo de incorporação (nota nº 1a)	1.052.835	273.276	42.446	64.082	8.682	—	137.010	1.578.331
Saldo final	3.656.487	3.065.087	389.433	412.978	85.403	252	394.939	8.004.579

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Provisões - DPVAT	Total
Saldo inicial	2.824.049	1.976.620	235.119	138.446	55.113	534	408.485	5.638.366
Constituições	6.379.105	109.002	126.442	176.434	38.979	421	129.441	6.959.824
Diferimento pelo risco decorrido	(6.363.772)	—	—	—	—	—	—	(6.363.772)
Aviso de sinistros	—	3.379.084	—	—	123.651	—	—	3.502.735
Pagamentos de sinistros	—	(3.548.480)	—	—	(188.947)	(467)	—	(3.703.605)
Ajuste de estimativa de sinistros	—	702.847	—	—	35.861	—	—	738.708
Atualizações	—	185.456	—	—	146	—	—	185.602
Reversões	—	(86.829)	(47.482)	(166.728)	(21.092)	—	(145.861)	(467.992)
Saldo final	2.839.382	2.717.700	314.079	148.152	78.000	488	392.065	6.489.866

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE (***)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (***)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Provisões - DPVAT	Total
Saldo inicial	646.875	1.636.154	127.530	17.671	23.824	23.824	2.452.054	2.452.054
Constituições	1.272.285	—	344.248	512.018	—	—	—	1.328.980
Diferimento pelo risco decorrido	(1.310.854)	—	—	—	—	—	—	(1.310.854)
Aviso/Ajuste de sinistros	—	1.193.459	—	—	—	—	—	1.285.511
Pagamentos de sinistros	—	(972.048)	—	—	—	—	—	(972.048)
Atualização monetária e juros	(1.483)	3.381	—	—	—	—	—	1.898
Reversões	—	—	(329.446)	(395.381)	—	—	—	(724.827)
Saldo final	606.823	1.860.946	142.332	134.308	44.331	23.824	2.788.740	2.788.740

	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE (***)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (***)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedente técnico - PET	Provisões - DPVAT	Total
Saldo inicial	694.210	1.171.175	97.215	15.600	17.190	17.190	1.995.390	1.995.390
Constituições	1.272.411	—	43.266	13.303	—	—	—	1.328.980
Diferimento pelo risco decorrido	(1.321.221)	—	—	—	—	—	—	(1.321.221)
Aviso/Ajuste de sinistros	—	1.218.009	—	—	—	—	—	1.218.009
Pagamentos de sinistros	—	(896.109)	—	—	—	—	—	(896.109)
Atualização monetária e juros	1.475	143.079	—	—	—	—	—	144.554
Reversões	—	—	(12.951)	(11.232)	—	—	—	(24.183)
Saldo final	646.875	1.636.154	127.530	17.671	23.824	23.824	2.452.054	2.452.054

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 980.664 (R\$ 709.856 em 2018). (***) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguro no montante de R\$ 278.333 (R\$ 86.478 em 2018).

24. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito e deduzido do cosseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

	Ano do aviso do sinistro					
	Até 2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bruto de resseguros						
Montante estimado para os sinistros						
No ano do aviso	18.482.529	3.592.679	3.405.917	3.448.106	3.558.853	3.378.796
Um ano após o aviso	18.676.982	3.514.167	3.426.558	3.832.860	3.864.942	—
Dois anos após o aviso	18.782.775	3.551.347	3.475.295	3.889.553	—	—
Três anos após o aviso	18.847.421	3.642.651	3.511.556	—	—	—
Quatro anos após o aviso	19.023.575	3.659.846	—	—	—	—
Cinco anos ou mais após o aviso	19.291.839	—	—	—	—	—
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2019	19.291.839	3.659.846	3.511.556	3.889.553	3.864.942	3.378.796
Pagamentos efetuados até 31.12.2019	18.524.197	3.531.464	3.399.775	3.394.075	3.292.468	2.305.780
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	767.642	128.382	111.781	495.478	572.474	1.073.016
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2019 (*)	—	—	—	—	—	—
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR, sem DPVAT e retrocessão)	—	—	—	—	—	3.951.184
Provisões DPVAT	—	—	—	—	—	394.939
Retrocessão	—	—	—	—	—	1.717
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	—	—	—	—	—	4.347.840
Montante de sinistros pagos						
No ano do aviso	13.487.686	2.446.535	2.649.235	2.317.821	2.493.959	2.305.780
Um ano após o aviso	17.235.663	3.178.413	3.272.951	3.028.623	3.292.468	—
Dois anos após o aviso	17.881.670	3.258.147	3.355.049	3.394.075	—	—
Três anos após o aviso	18.181.529	3.397.964	3.399.775	—	—	—
Quatro anos após o aviso	18.361.572	3.531.464	—	—	—	—
Cinco anos ou mais após o aviso	18.524.197	—	—	—	—	—
Pagamentos efetuados até 31.12.2019	18.524.197	3.531.464	3.399.775	3.394.075	3.292.468	2.305.780
Montante estimado para os sinistros						
No ano do aviso	15.190.966	2.862.243	2.841.252	2.616.215	2.856.172	2.690.899
Um ano após o aviso	15.903.886	2.812.688	2.822.242	2.720.461	2.628.787	—
Dois anos após o aviso	15.089.604	2.778.826	2.873.583	2.744.087	—	—
Três anos após o aviso	15.012.705	2.800.385	2.890.625	—	—	—
Quatro anos após o aviso	15.082.814	2.803.508	—	—	—	—
Cinco anos ou mais após o aviso	15.119.089	—	—	—	—	—
Estimativa de Sinistros Incorridos em 31.12.2019	15.119.089	2.803.508	2.890.625	2.744.087	2.628.787	2.690.899
Pagamentos efetuados até 31.12.2019	14.711.816	2.707.761	2.806.379	2.657.061	2.524.886	2.225.595
Provisão de Sinistros a liquidar no período de análise	407.273	95.747	84.246	87.026	103.901	465.304
Provisão Agregada de Sinistros em 31.12.2019 (*)	—	—	—	—	—	—
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR sem DPVAT e retrocessão)	—	—	—	—	—	1.717
Provisões DPVAT	—	—	—	—	—	394.939
Retrocessão	—	—	—	—	—	1.717
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	—	—	—	—	—	2.165.923
Montante de sinistros pagos						
No ano do aviso	12.108.466	2.379.401	2.389.238	2.197.077	2.436.210	2.225.595
Um ano após o aviso	14.566.704	2.736.238	2.751.468	2.623.220	2.524.886	—
Dois anos após o aviso	14.750.679	2.715.043	2.784.334	2.657.061	—	—
Três anos após o aviso	14.626.953	2.707.572	2.806.379	—	—	—
Quatro anos após o aviso	14.657.571	2.707.761	—	—	—	—
Cinco anos ou mais após o aviso	14.711.816	—	—	—	—	—
Pagamentos efetuados até 31.12.2019	14.711.816	2.707.761	2.806.379	2.657.061	2.524.886	2.225.595

(*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

25. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2019	2018
Provisões técnicas	8.004.579	6.489.866
Custos de aquisição diferidos reductores de PPNG	(552.483)	(463.158)
Direitos creditórios	(1.444.546)	(1.087.149)
Parcela correspondente a resseguros contratados	(2.441.189)	(2.058.523)
Parcela correspondente a provisões técnicas - DPVAT	(394.939)	(3

MAPFRE Seguros Gerais S.A. - CNPJ 61.074.175/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de Reais)

	2019	2018
g) Resultado com operações de resseguro	60.609	(32.911)
Receita com resseguro	1.380.428	1.297.828
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.193.459	1.263.901
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	14.802	29.675
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNEr	116.637	2.071
Provisão de despesas relacionadas - PDR	55.436	2.181
Receita com participação	94	-
Despesas com resseguro	(1.319.819)	(1.330.739)
Prêmios de resseguro - direto	(1.363.514)	(1.356.574)
Prêmios de resseguro - cosseguro aceito	(26.376)	(68.645)
Prêmios de resseguro cancelados	89.666	122.519
Prêmios de resseguro restituídos	20.829	27.052
Salvados e ressarcimentos	(23.104)	(7.722)
Variação das provisões técnicas de prêmio de resseguro	(38.569)	(48.111)
Outros resultados	21.249	742
h) Despesas administrativas	(658.962)	(712.951)
Pessoal próprio	(309.374)	(365.550)
Serviços de terceiros	(190.570)	(172.374)
Localização e funcionamento	(139.444)	(163.876)
Publicidade e propaganda	(17.809)	(14.755)
Outras despesas administrativas	(1.766)	3.604
i) Despesas com tributos	(140.933)	(115.200)
COFINS	(102.278)	(102.017)
COFINS - Crédito tributário	(7.375)	12.696
PIS	(17.158)	(18.348)
PIS - Crédito tributário	(1.164)	2.063
Taxa de fiscalização	(4.963)	(4.335)
Outras despesas com tributos	(7.995)	(5.259)
j) Resultado financeiro	213.636	167.292
Receitas financeiras	310.248	339.548
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	175.835	130.578
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	46.095	35.994
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	22.951	63.767
Rendimento equivalente de caixa	217	201
Juros de prêmios	22.177	25.303
Oscilação cambial	3.554	65.659
Receitas com créditos tributários	1.059	1.567
Atualização de depósitos judiciais	7.841	7.394
Outras receitas financeiras	30.519	9.085
Despesas financeiras	(96.612)	(172.256)
Consórcio DPVAT	(21.306)	(25.681)
Oscilação cambial	(28.140)	(76.364)
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar	(3.988)	(42.522)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(19.232)	(15.794)
Despesas financeiras de juros	(23.946)	(11.895)
k) Resultado patrimonial	1.148	1.224
Aluguel	1.173	1.044
Resultado de equivalência patrimonial	124	125
DPVAT	(149)	55

l) Determinação se um contrato contém um arrendamento: O GRUPO MAPFRE por meio das suas entidades legais (MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantêm firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de: • Edifício Torre Alfa; 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-M/FGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-M/FGV. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros, Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, o contrato de locação atípica inicial foi segregado ficando o GRUPO MAPFRE com 40,03% da área locada e por consequência as obrigações com a remuneração da locatária. • Call Center localizada na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros, Banco do Brasil e GRUPO MAPFRE, fica o contrato de aluguel destinado exclusivamente para centralizar as operações de atendimentos do GRUPO MAPFRE. O GRUPO MAPFRE avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o exercício, estão demonstrados a seguir:

	Pagamentos				Total de pagamentos	Despesas de arrendamento			
	até 1 ano		de 1 a 5 anos						
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro					
Arrendamento	19.455	19.455	74.702	110.083	67.148	227.841	161.305	357.379	21.409
Edifício Torre Alfa	2.866	2.866	7.358	11.244	-	10.224	14.110	4.037	
Call Center - São Carlos	22.321	22.321	82.060	121.327	67.148	227.841	171.529	371.489	25.446
GRUPO MAPFRE									
	Pagamentos				Total de pagamentos	Despesas de arrendamento			
	até 1 ano		de 1 a 5 anos						
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro					
Arrendamento	21.507	21.543	82.580	121.693	74.230	251.869	178.317	395.105	23.667
Edifício Torre Alfa	3.169	4.631	8.134	12.430	-	11.303	11.303	17.061	4.463
Call Center - São Carlos	24.676	26.174	90.714	134.123	74.230	263.172	189.620	412.166	28.130

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro/Prejuízo contábil antes dos impostos e após participações	69.086	69.086	(513.302)	(513.302)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(17.247)	(10.363)	199.048	159.238
Diferenças temporárias	(12.107)	(7.264)	14.865	11.892
Diferenças permanentes	(52)	(210)	(72.235)	(56.652)
Sinistros rurais	15.945	-	9.737	-
Prejuízo fiscal e base negativa	4.195	5.351	-	-
Deduções incentivadas	1.511	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.255)	(12.486)	151.415	114.478
Constituição/Reversão de crédito tributário	7.911	1.913	(14.864)	(11.892)
Ajustes relativos a exercícios anteriores	(268)	51	(1.292)	(1.032)
Ajustes relativos a exercício corrente	-	-	(1.098)	(16.166)
Ajuste de créditos tributários - aumento da CSLL 15% para 20%	-	-	-	(46.640)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(612)	(10.522)	134.161	38.748
Alíquota efetiva	1%	15%	26%	8%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Acionistas e Administradores da **MAPFRE Seguros Gerais S.A.**
Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Seguros Gerais S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, e outras como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores
 A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
 Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
 Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na

b) Créditos tributários e previdenciários

Ativo	2018		2019	
	Constituições	Reversões	Saldo de incorporação (nota 1a)	2019
Tributos a compensar	75.001	3.865	(1.071)	19.540
PIS/COFINS	49.780	59.895	(64.709)	15.983
Tributos retidos na fonte	2.607	4.046	(3.221)	5
Total circulante	127.388	67.806	(69.001)	35.528
Diferenças temporárias:				
Contingências tributárias	69.356	4.441	(4.071)	61.967
Contingências civis	17.129	35.732	(14.351)	2.862
Provisão para riscos de crédito	71.123	1.698.433	(1.717.819)	9.697
Provisão para participação nos lucros	12.663	224.872	(211.009)	-
Contingências trabalhistas	15.842	3.651	(1.443)	6.302
Outras provisões	8.327	171.773	(170.834)	1.813
Ajustes de títulos a valor justo TVM	(9.462)	184.356	(194.874)	(276)
Prejuízo fiscal e base negativa	690.178	35.050	(44.596)	-
PIS/COFINS	33.433	32.938	(36.663)	7.964
Total não circulante	908.589	2.391.246	(2.395.660)	90.329

As constituições dos créditos tributários e previdenciários e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos conforme quadro abaixo:

	Compensação de Crédito Tributário										
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Resultado	184.057	271.522	340.494	477.419	563.737	616.542	688.977	775.110	870.514	1.015.535	
Compensação (30% do lucro)	(55.217)	(81.457)	(102.148)	(143.226)	(169.121)	(184.963)	(206.693)	(232.533)	(261.154)	(304.661)	
Alíquota de IRPJ e CSLL	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	40%	
Compensação do crédito tributário											
IRPJ	434.867	(13.804)	(20.364)	(25.537)	(35.806)	(42.280)	(46.241)	(51.673)	(58.133)	(65.289)	(75.739)
CSLL	245.765	(8.283)	(12.218)	(15.322)	(21.484)	(25.368)	(27.744)	(31.004)	(34.880)	(39.173)	(30.289)
Crédito tributário	(22.087)	(32.583)	(40.859)	(57.290)	(67.648)	(73.985)	(82.677)	(93.013)	(104.462)	(106.028)	
Saldo a compensar	680.632	658.545	625.962	585.103	527.813	460.165	386.180	303.503	210.490	106.028	

31. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 1.178 (R\$ 1.412 em 2018).

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas do GRUPO MAPFRE, empresas que compõem o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Essas operações referem-se, basicamente, à contratação de seguros e resseguros, à intermediação e suporte na venda de seguros a terceiros, plano de previdência, assistência 24 horas, título de capitalização, a administração de sua carteira de investimentos e incentivos a vendas. Existem também operações relativas à utilização da estrutura entre as empresas do GRUPO MAPFRE, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. A Seguradora mantém operações de resseguro com o IRB Brasil Resseguros S.A., MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros e Resseguros S.A., MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A., e MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas vigentes entre as empresas do GRUPO:

	2019	2018
Ativo circulante		
Bancos	94.717	16.083
Banco do Brasil S.A.	94.717	16.083
Operações com resseguradoras	88.720	307.784
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	73.451	265.954
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros e Resseguros S.A. (5)	68	2.536
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (5)	13.545	28.727
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. (5)	1.656	10.567
Títulos e créditos a receber - Outros	16.443	21.900
MAPFRE Capitalização S.A. (7)	16.443	21.900
Títulos e créditos a receber - Compartilhamento	13.226	22.633
Brasileveículos Companhia de Seguros (1)	-	12.902
MAPFRE Vida S.A. (1)	13.226	9.731
Provisões técnicas de ativos de resseguro	1.776.584	1.837.424
IRB Brasil Resseguros S.A.	1.222.022	1.551.150
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros e Resseguros S.A. (5)	14.100	5.610
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (5)	346.998	122.934
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. (5)	193.464	157.730
Total do ativo	1.989.690	2.189.752
Passivo circulante		
Obrigações a pagar	519	2.251
Aliança do Brasil Seguros S.A.	-	2.075
Brasilcap Capitalização S.A.	1	-
BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento	417	151
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA	-	1
Brasileveículos Seguros S.A.	1	4
Companhia Energética de Pernambuco S.A. - CELPE	-	9
MAPFRE Capitalização S.A. (7)	-	3
MAPFRE Saúde Ltda.	97	-
MAPFRE Vida S.A.	3	8
Obrigações a pagar - Compartilhamento	715	-
MAPFRE Vida S.A. (1)	715	-
Operações com resseguradoras	201.455	301.559
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	109.423	244.760
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros e Resseguros S.A. (5)	398	446
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (5)	75.020	32.456
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. (5)	16.613	23.897
Depósitos de terceiros	102.349	12.647
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	102.315	11.484
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. (5)	34	1.163
Total do passivo	305.037	316.457

	2019	2018
Resultado Sinistros ocorridos	(21.059)	(49.661)
MAPFRE Serviços S.A. (3)	-	(29.353)
Cesvi - Brasil Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda. (2)	-	(1.701)
MAPFRE Assistência Ltda. (3)	(20.729)	(18.607)
MAPFRE Saúde Ltda. (6)	(330)	-
Outras receitas e despesas operacionais	(21.923)	(45.781)
Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	-	(19)
Banco do Brasil S.A.	51	-
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	-	(4)
BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento	27	(138)
Livelo S.A.	-	(25)
MAPFRE Capitalização S.A.	1.829	-
MAPFRE Vida S.A. (8)	-	(8)
MAPFRE Solutions do Brasil Ltda. (4)	3.069	(4.851)
Prevsaude Comercial de Produtos e Serviços de Farmácia Ltda.	718	(677)
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	3	(1)
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	(21.036)	(31.896)
MAPFRE Global Risks Companhia Internacional de Seguros e Resseguros S.A. (5)	5.026	(408)
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (5)	(8.580)	(7.283)
Outras receitas e despesas operacionais - Compartilhamento	(120)	(302)
Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	-	(45)
Brasileveículos Companhia de Seguros (1)	-	(10)
Brasileveículos Seguros S.A. (1)	-	(180)
MAPFRE Vida S.A. (1)	(120)	(67)
Resultado com operações de resseguro	(553.399)	(317.219)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes às atividades da MAPFRE Previdência S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referenciados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação.

Rendas de Contribuições e Prêmios Emitidos
Em 2019, a Companhia apresentou rendas de contribuição de R\$ 289,6 milhões e prêmios emitidos de R\$ 99,8 milhões, redução de 1,2% e 2,1% respectivamente, em relação ao ano anterior.

Resultado Financeiro
O resultado financeiro totalizou R\$ 6,7 milhões, com aumento de 57,6% em relação ao ano anterior, impactado pela eficiência da Política de Investimentos.

Resultado do Exercício
A MAPFRE Previdência S.A. apresentou, no exercício de 2019, lucro líquido de R\$ 3,9 milhões (prejuízo de R\$ 20,1 milhões no exercício de 2018). A melhor apresentada entre os exercícios se deu pela redução dos gastos administrativos em decorrência à eficiência e sinergia dos processos.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas da MAPFRE Previdência S.A., em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% a favor de lucros - estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o

desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado. A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes.

Não serão distribuídos dividendos decorrente do lucro líquido do exercício de 2019, tendo em vista que havia prejuízos acumulados a serem absorvidos.

Eventos Societários
Em 30 de novembro de 2018 a BB Seguros e o Banco do Brasil celebraram junto ao GRUPO MAPFRE, a assinatura do segundo aditivo ao Acordo de Parceria do Grupo Segurador Banco do Brasil e MAPFRE. Em continuidade, houve a reestruturação do GRUPO MAPFRE com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2019, onde a MAPFRE Previdência S.A. passa a integrar o capital da MAPFRE Participações S.A., desta forma alterando o controle acionário direto desta Companhia da MAPFRE Brasil Participações S.A. para a MAPFRE Participações S.A.

Esta reestruturação teve como objetivo unificar o controle acionário na MAPFRE Participações S.A. das operações de Seguros, Capitalização e Previdência.

Declaração de Capacidade Financeira
Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a MAPFRE Previdência S.A. declara, entre os critérios "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 470,5 milhões e considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Controles Internos
A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política do GRUPO MAPFRE sobre o tema e os principais frameworks internacionais de controles, como o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

Em atendimento à Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 332/2015 e alterações, a MAPFRE Previdência S.A. realiza testes de controles internos, que visam evitar autuações dos órgãos reguladores, dar confiabilidade às práticas adotadas, informando às áreas e aos Comitês os

resultados obtidos. Os assuntos abordados nos testes são: acompanhamento de novas regulamentações, atendimentos à Fiscalização, lavagem de dinheiro e prevenção à fraude, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

Compliance
O GRUPO MAPFRE, com base na Lei nº 9.613/1998 e com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 445/2012, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos funcionários e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

Governança de Dados e Segurança da Informação
O mundo está mudando e o mercado de seguros também, em 2019, para esclarecer todas as dúvidas foi criado o MAPFRE Explica, um espaço para encontrar soluções criadas por quem mais entende dos clientes e de seguros, acesse www.mapfreexplica.com.br.

Premiações e Campanhas
O mundo está mudando e o mercado de seguros também, em 2019, para esclarecer todas as dúvidas foi criado o MAPFRE Explica, um espaço para encontrar soluções criadas por quem mais entende dos clientes e de seguros, acesse www.mapfreexplica.com.br.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		2.843.465	3.169.094
Disponível	5	682	609
Caixa e bancos		682	609
Equivalente de caixa	5	792	-
Aplicações	6	2.761.798	3.098.700
Créditos das operações com seguros e resseguros		-	818
Operações com seguradoras		-	818
Créditos das operações com previdência complementar		495	945
Valores a receber		495	426
Operações com repasses		-	519
Outros créditos operacionais	7	5.397	2.056
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	2.558	2.759
Títulos e créditos a receber	9	14.404	7.745
Títulos e créditos a receber		9	4.631
Créditos tributários e previdenciários	23b	8.723	3.344
Outros créditos		1.050	783
Outros valores e bens		44	74
Outros valores		44	74
Despesas antecipadas		2	31
Custos de aquisição diferidos	10	57.293	55.357
Seguros		54.159	51.363
Previdência		3.134	3.994
Ativo não circulante		494.184	381.608
Realizável a longo prazo		493.940	380.517
Aplicações	6	459.649	356.112
Outros créditos operacionais	7	31.138	22.599
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	685	-
Títulos e créditos a receber		2.468	1.306
Depósitos judiciais e fiscais		2.468	1.306
Investimentos		208	229
Imobilizado		36	722
Intangível		-	140
Total do ativo		3.337.649	3.550.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		330.636	484.091
Contas a pagar		10.718	7.613
Obrigações a pagar	11	7.497	4.055
Impostos e encargos sociais a recolher		2.513	1.883
Encargos trabalhistas		542	1.512
Impostos e contribuições	12	166	163
Operações com seguradoras		7.313	4.484
Operações com seguradoras	8	5.092	3.852
Corretores de seguros e resseguros	13	1.747	603
Outros débitos operacionais		474	29
Débitos de operações com previdência complementar		4.118	6.572
Contribuições a restituir		203	462
Operações de repasses	14	3.915	4.422
Outros débitos operacionais		-	1.688
Depósitos de terceiros	15	8.801	18.716
Provisões técnicas - seguros	16	185.199	236.319
Danos - DPVAT		73.305	86.973
Vida com cobertura por sobrevivência		111.894	149.346
Provisões técnicas - previdência complementar	16	114.487	120.387
Planos não bloqueados		15.268	22.349
PGBL		99.219	187.438
Passivo não circulante		2.894.475	2.958.003
Contas a pagar	23b	-	315
Tributos diferidos		-	315
Provisões técnicas - seguros	16	1.289.819	1.234.618
Danos - DPVAT		6.658	-
Vida com cobertura por sobrevivência		1.283.161	1.234.618
Provisões técnicas - previdência complementar	16	1.604.311	1.723.020
Planos não bloqueados		201.694	183.268
PGBL		1.402.617	1.539.752
Outros débitos	19	345	50
Provisões judiciais		345	50
Patrimônio líquido	20	112.538	108.608
Capital social		116.273	81.273
Aumento de capital		3.930	95.000
Prejuízo acumulado		(3.735)	(7.665)
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.337.649	3.550.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

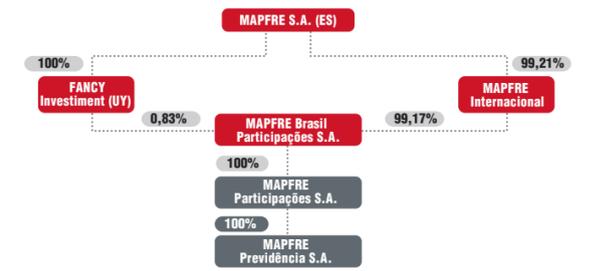
	Reservas de lucros				Prejuízo/Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldo em 1º de janeiro de 2018	81.273	-	794	11.673	-	93.740
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(20.132)	(20.132)
Reservas de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	(794)	(11.673)	12.467	-
Aumento de capital AGE 28 de dezembro de 2018	-	35.000	-	-	-	35.000
Saldo em 31 de dezembro de 2018	81.273	35.000	-	-	(7.665)	108.608
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 81 de 21 de maio de 2019	35.000	(35.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.930	3.930
Saldo em 31 de dezembro de 2019	116.273	-	-	-	(3.735)	112.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Previdência S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2019, o GRUPO apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de fevereiro de 2020. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o método histórico, com exceção de ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e de outros ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Notas 3f - Classificação dos contratos de seguro, • Notas 3a e 6 - Aplicações financeiras, • Notas 3j, 3l e 16 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Notas 3m e 19 - Provisões judiciais; e • Notas 3q e 22 - Imposto de renda e contribuição social. **e) Segregação entre Circulante e não Circulante:** A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes a respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Os Fundos Especialmente Constituídos de PGBL/VGBL são na sua totalidade para garantias das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder de PGBL/VGBL, não existindo descausamentos no fluxo de caixa. Em função dos títulos estarem classificados na categoria do valor justo por meio do resultado, os mesmos são classificados no ativo circulante e para fins de análise da liquidez, são apresentados considerando a mesma categoria dentro da Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **f) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. **ii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende o ativo financeiro não classificados em nenhuma das demais categorias. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. **iv. Ativos mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **vi. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Caixa e equivalente de caixa:* Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende o ativo financeiro não classificados em nenhuma das demais categorias. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. *iv. Ativos mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **vi. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio

do resultado. **vii. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros e com previdência complementar", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se a evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título, as perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear. **d) Intangível:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear. **e) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **f) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tenha início de vigência antes da emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, em bases lineares, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. **g) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos e caso a caso nos contratos facultativos. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3b. *ii.* Os valores a receber e a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **h) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de contratos de previdência e apólices de seguros total mixto, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 60 meses. **i) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. *Seguros de danos, vida individual e total mixto:* A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC, é constituída para os produtos estruturados em regime financeiro de capitalização, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Nesta provisão técnica encontram-se também as rendas vencidas de sinistros avisados e os valores estimados referentes às ações judiciais. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR, representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base do balanço sendo calculada com base no valor que resultar maior entre os percentuais, aplicados sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de doze meses. Inclui também provisão para operações dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. **Previdência complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência:** As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial. A provisão matemática de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **f) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referidos no último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • **Risco de subscrição;** • **Risco de crédito;** • **Risco de liquidez;** • **Risco de mercado;** • **Risco operacional;** e **gestão de capital.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estes modelos, adiciona-se a parcela calculada da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos em um ambiente de controle consistente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes Órgãos de Governança: **• Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no país, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; **• Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras e a luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente; os dados internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **• Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolver e executar, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; **• Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito aos investimentos dos seus ativos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pela gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do uso inadequado de metodologias ou premissas atuariais, incluindo falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e precificação. Abrange os riscos de aceitação, cancelamento, longevidade, mortalidade, morbidade e desenho de produtos. Para controlá-lo, a Companhia segue as normas de subscrição de riscos, realiza acompanhamentos periódicos para evitar desvios, desenvolve produtos adequados à atual conjuntura, mantém contratos de resseguro para cobertura de eventos extremos de invalidez e morte, revela as provisões técnicas no mínimo anual, e realiza testes de consistências e recálculos atuariais, para avaliar sua adequação técnica-operacional. O GRUPO MAPFRE define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O GRUPO MAPFRE utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com a transferência integral destes riscos a resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. pertencente ao mesmo grupo econômico, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e raros sejam minimizados. **Concentração de riscos:** As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada no valor de contribuição/ prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Bruto de resseguro (*)					
Região geográfica	Vida/VGBL	%	PGBL/FGB	%	Total
Centro-Oeste	55	0%	7.661	2%	7.716
Nordeste	916	0%	15.437	4%	16.353
Norte	5	0%	1.619	0%	1.624
Sudeste	252.491	66%	83.299	22%	335.790
Sul	14.672	4%	9.462	2%	24.134
Total	268.139	70%	117.478	30%	385.617

2018					
Região geográfica	Vida/VGBL	%	PGBL/FGB	%	Total
Centro-Oeste	73	0%	6.45	2%	6.530
Nordeste	2.303	1%	18.070	5%	20.373
Norte	9	0%	1.667	0%	1.676
Sudeste	235.060	62%	92.570	24%	327.630
Sul	11.596	3%	11.300	3%	22.896
Total	249.041	66%	130.064	34%	379.105

2019					
Região geográfica	Vida/VGBL	%	PGBL/FGB	%	Total
Centro-Oeste	52	0%	7.316	2%	7.368
Nordeste	862	0%	14.637	4%	15.499
Norte	5	0%	1.557	0%	1.562
Sudeste	239.851	66%	79.152	22%	318.999
Sul	14.046	4%	9.994	2%	23.040
Total	254.816	70%	111.627	30%	366.443

2018					
Região geográfica	Vida/VGBL	%	PGBL/FGB	%	Total
Centro-Oeste	71	0%	6.261	2%	6.332
Nordeste	2.181	1%	17.490	5%	19.671
Norte	9	0%	1.615	0%	1.624
Sudeste	226.309	62%	89.308	24%	315.617
Sul	11.190	3%	10.929	3%	22.119
Total	239.760	66%	125.603	34%	365.363

(*) As operações estão líquidas de DPVAT no montante de R\$ 10.092 (R\$ 12.183 em 2018). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram considerados os comportamentos das carteiras diante de três cenários de estresse. A sensibilidade do risco de sobrevivência foi realizada através da redução na taxa de mortalidade e do aumento na taxa de conversão em renda que, por consequência, causa a redução na taxa de resgate/cancelamento. A carteira de previdência possui produtos com garantias de rentabilidades preferenciais, então, foi proposta também uma redução na taxa de juros. Abaixo apresentam-se os valores obtidos para cada cenário proposto.

Impacto no patrimônio líquido/resultados

2019	
Alteração das principais premissas das provisões técnicas	
Redução de 10% a.a. na ETI	6.643
Redução de 10% na taxa de mortalidade	5.258
Aumento de 10% na taxa de conversão em renda	4.283

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam atingidos. Além disso, o acompanhamento e o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de alguma emissora de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título, e incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguros:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos à exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras de risco. A Companhia opera somente com a resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e para ela foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A.. Os prêmios de resseguros no montante de R\$ 19.174 (R\$ 13.742 em 2018) possuem a classificação de *rating* A+. O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Am Best*, *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de redução de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: o perfil de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do mesmo grupo econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. Para os fundos especialmente constituídos VGBL/PGBL a gestão dos fundos é feita também pelo BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda. e GAUSS Capital Gestora de Recursos Ltda. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração realiza o teste de crédito em baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado no quadro abaixo: 2019

Ativos financeiros - Rating	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	BBB+	BB-	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	2.427.845	-	-	-	-	-	-	-	-	2.427.845
Certificados de depósito bancário - CDB	98.116	-	-	-	-	-	-	-	-	98.116
Debêntures	68.006	5.888	64.607	25.459	-	-	-	-	-	164.096
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	-	-	-	-	-	-	36.004	36.004
Letras financeiras - LF	111.572	84.865	-	61.322	49.072	-	-	-	1.069	307.900
Ações	31.632	4.494	14.785	512	3.665	-	-	-	4.399	69.537
Quotas de fundo de investimentos - DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	80.089	80.089
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-	-	-	11.186	13.489
Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	11.406	11.406
Total	2.737.171	95.247	79.392	87.293	52.737	136	40.403	125.518	3.221.447	2018

Ativos financeiros - Rating	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	BBB+	BB-	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	2.673.243	-	-	-	-	-	-	-	-	2.673.243
Certificados de depósito bancário - CDB	80.598	-	-	-	-	-	-	-	-	80.598
Debêntures	68.080	-	55.803	23.720	-	-	-	-	-	147.603
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	-	-	-	-	-	-	40.173	40.173
Letras financeiras - LF	78.655	22.902	-	15.046	-	-	-	-	12.382	288.985
Ações	19.483	8.110	10.549	573.518	5.323	1.249	591	-	-	10.556
Quotas de fundo de investimentos - DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	-	87.002	87.002
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-	-	-	34.077	34.077
Caixa	-	-	-	-	-	-	-	-	35.131	35.131
Total	2.920.059	31.012	66.352	204.084	5.323	41.222	591	123.810	3.407.737	2018

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 222.347 (R\$502.682 em 2018) com lastros em títulos públicos.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* "AAA", uma vez que a contraparte é o Governo Federal. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes intermediárias em relação às classificações

de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de benefícios concedidos ou a conceder. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes desajustes dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente a SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobra de recursos em função da análise de cobertura das provisões técnicas. O gerenciamento da liquidez é realizado de acordo com a necessidade de fluxo simples de pagamento, levando em consideração a expectativa de vida do participante e a tabela de mortalidade brasileira, corrigindo esse fluxo pela expectativa dos índices de inflação. Os ativos financeiros para honrar o fluxo de passivos são aplicados em ativos com vencimentos e indexadores semelhantes aos do fluxo de passivo financeiro. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem variar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Companhia apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos agings do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos e ainda mantêm aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

2019	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	682	-	-	682
Equivalente de caixa	792	-	-	792
Aplicações (*)	684.705	1.572.321	884.332	3.141.358
Créditos das operações com previdência complementar	495	-	-	495
Créditos das operações operacionais	5.395	31.138	-	36.535
Ativos de resseguro	2.558	685	-	3.243
Títulos e créditos a receber (**)	5.441	-	-	5.441
Outros valores e bens	68	-	-	68
Despesas antecipadas	2	-	-	2
Custos de aquisição diferidos	57.293	-	-	57.293
Total dos ativos financeiros	757.649	1.604.144	884.332	3.246.125
Contas a pagar	10.718	-	-	10.718
Débitos de operações com seguros e resseguros	7.313	-	-	7.313
Débitos de operações com previdência complementar	4.118	-	-	4.118
Depósitos de terceiros	8.801	-	-	8.801
Provisões técnicas - seguros e resseguros (*)	111.894	1.283.161	-	1.395.055
Provisões técnicas - previdência complementar	114.487	1.604.311	-	1.718.798
Total dos passivos financeiros	257.331	2.887.472	-	3.144.803
2018	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e bancos	609	-	-	609
Aplicações (*)	2.961.427	183.963	222.920	3.368.310
Créditos das operações de seguros e resseguros	818	-	-	818
Créditos das operações com previdência complementar	945	-	-	945
Outros créditos operacionais	2.056	22.599	-	24.655
Ativos de resseguro	2.759	-	-	2.759
Títulos e créditos a receber (**)	4.401	-	-	4.401
Outros valores e bens	74	-	-	74
Despesas antecipadas	31	-	-	31
Custos de aquisição diferidos	55.357	-	-	55.357
Total dos ativos financeiros	3.028.477	206.562	222.920	3.457.959
Contas a pagar	7.613	-	-	7.613
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.484	-	-	4.484
Débitos de operações com previdência complementar	6.572	-	-	6.572
Depósito de terceiros	18.716	-	-	18.716
Provisões técnicas - seguros e resseguros (*)	149.346	1.234.618	-	1.383.964
Provisões técnicas - previdência complementar	210.387	1.723.020	-	1.933.407
Total dos passivos financeiros	397.118	2.957.638	-	3.354.756

(*) Nas aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionadas a DPVAT, no valor respectivo de R\$ 80.089 (R\$ 87.002 em 2018) e R\$ 79.963 (R\$ 86.973 em 2018), não foram classificados no quadro por não estar sob a gestão da Administração, os valores de provisões de sinistros a liquidar judiciais e provisões de eventos a regularizar judiciais no montante de R\$ 196 e R\$ 554 (R\$ 346 e R\$ 166 em 2018) respectivamente, não foram classificados no quadro acima. (**) Os depósitos judiciais e fiscais no montante de R\$ 2.468 (R\$ 1.306 em 2018) e provisões judiciais de R\$ 345 (R\$ 50 em 2018), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 8.723 (R\$ 3.344 em 2018) e os tributos diferidos no valor de R\$ 315 em 2018, também não foram considerados no quadro acima.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos Ltda. com base em cenários de stress *Duration* e com a metodologia de *Value at Risk - VaR* e *Macaulay Duration*. O modelo de VaR é aplicado aos fundos de investimentos da Companhia, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de:

Fundo	VaR	Patrimônio
Previdência	5	506

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às carteiras de *ALM - Asset & Liability Management* da Companhia, que contempla as carteiras administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 5,485 anos (4,68 em 2018) frente a um patrimônio de R\$ 506 (R\$ 469 em 2018) e está de acordo com as diretrizes de *ALM* do GRUPO MAPFRE, sendo revisado.

Títulos	Vencimento				Sem vencimento	Valor contábil
---------	------------	--	--	--	----------------	----------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

13. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

É composto por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes.

14. DÉBITO DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Compreende basicamente os valores de operações com repasses, referente as portabilidades aceitas aguardando reclassificação para as correspondentes provisões matemáticas, no montante de R\$ 3.915 (R\$ 4.422 em 2018).

	2019	2018
Até 30 dias	356	4.069
De 31 a 60 dias	139	319
De 61 a 90 dias	909	-
De 91 a 180 dias	734	9
De 180 a 365 dias	1.438	-
Acima de 365 dias	339	25
Total	3.915	4.422

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

É composto por valores efetivamente recebidos, mas ainda não reclassificados para as correspondentes provisões matemáticas.

16. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

a) Composição

Reservas	2019					Total
	DPVAT	VGBL	Individual	PGBL	Tradicional	
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	-	1.171.943	192.723	1.463.299	139.615	2.967.580
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	-	21.666	-	37.021	68.725	127.412
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	71.216	-	1.319	-	309	72.844
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	9.746	-	2.734	31	3.313	14.024
Provisão de excedente financeiro - PEF	-	62	1.380	44	4.430	5.916
Provisão de despesas relacionadas - PDR	801	107	501	207	2.426	1.862
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	-	725	1.895	1.234	124	3.978
Provisão de prêmios não ganho - PPNG	-	-	-	-	200	200
Total	79.963	1.194.503	200.552	1.501.836	216.962	3.193.816

Reservas	2018					Total
	DPVAT	VGBL	Individual	PGBL	Tradicional	
Provisão de benefícios a conceder - PMBaC	-	1.213.769	141.532	1.685.997	131.820	3.173.118
Provisão de benefícios concedidos - PMBC	-	22.196	-	37.963	64.303	124.462
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	76.946	-	1.080	-	310	78.336
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	9.713	-	2.596	30	2.063	14.402
Provisão de excedente financeiro - PEF	-	34	-	44	6.362	6.440
Provisão de despesas relacionadas - PDR	314	1.894	-	2.486	951	5.645
Provisão de resgates e outros valores a regularizar - PVR	-	58	805	744	120	1.727
Provisão de prêmios não ganho - PPNG	-	-	-	-	214	214
Total	86.973	1.237.951	146.013	1.727.264	206.143	3.404.344

b) Movimentação:

	2019	2018
Saldo inicial	3.317.371	3.422.766
Contribuição	334.761	402.815
Atualização monetária	266.107	244.023
Portabilidades (581.678)	(402.499)	(402.499)
Pagamentos (Rendas/Resgates/Benefícios)	(224.035)	(349.734)
Outras movimentações	1.327	-
Total	3.113.853	3.317.371
DPVAT	79.963	86.973
Saldo final	3.193.816	3.404.344

17. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2019	2018
Provisões técnicas	3.193.816	3.404.344
Ajustes TAP	32.768	15.129
Parcela correspondente a resseguros contratados	(3.243)	(2.644)
Parcela correspondente a provisões técnicas - DPVAT	(79.963)	(86.973)
Total a ser coberto	3.143.378	3.329.856
Quotas de fundos de investimentos	677.164	602.684
Quotas de fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL	2.635.243	2.899.767
Quotas e fundos de investimentos - DPVAT	(80.089)	(87.002)
Total de aplicações (*)	3.232.318	3.415.449
Ativos livres	88.940	85.593

(*) Conforme Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, art. 103 § 2º para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor de mercado.

18. PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR E PROVISÃO DE VALORES A REGULARIZAR JUDICIAIS

A Companhia não possui valores significativas para a provisão de sinistro a liquidar judicial e provisão de valores a regularizar judicial, R\$ 196 (R\$ 346 em 2018) e R\$ 554 (R\$ 166 em 2018), respectivamente. Os valores de R\$ 7.946 (R\$ 7.792 em 2018) são referentes ao DPVAT e não estão sob a administração da Companhia.

19. PROVISÕES JUDICIAIS

Fiscais	2019			2018		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Possível	3	3.636	-	3	6.299	-
Cíveis	32	1.398	117	21	3.995	2
Provável	10	303	117	1	1	2
Possível	16	383	-	8	202	-
Remoto	6	712	-	12	3.792	-
Trabalhistas	5	2.029	228	5	1.803	48
Provável	4	2.023	228	2	1.341	48
Possível	1	6	-	2	430	-
Remoto	-	-	-	1	32	-
Total geral	40	7.063	345	29	12.097	50

Fiscais - A Companhia possui discussões tributárias na esfera judicial, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores em risco são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e são informados seus saldos na data base de 31 de dezembro de 2019. CSLL - Discute judicialmente a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20%, nos termos da Lei nº 13.169/2015, aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, período no qual manteve o recolhimento nos

termos da legislação vigente. Decisão de primeira instância desfavorável. Aguarda julgamento de Apelação. A probabilidade de perda classificada como possível, no montante de R\$ 373 (R\$ 355 em 2018). PIS/COFINS - A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, a Companhia entende que a base de cálculo destes tributos permanece limitada às receitas da operação, mas não sobre o total das contribuições/prêmios recebidos dos participantes dos planos de previdência e os rendimentos financeiros correlatos, o que discute judicialmente, em processo com decisão de segunda instância desfavorável. Interpostos Recursos Especial e Extraordinário, sobrestados em razão do RE nº 609.096/RS. Probabilidade de perda classificada como possível, no montante R\$ 3.263 (R\$ 5.944 em 2018). Cíveis - Referem-se a reclamações previdenciárias envolvendo pedidos de resgates e cláusulas contratuais. **Trabalhistas** - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Companhia e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia.

b) Movimentação

	2019			2018		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial	2	48	50	-	18	18
Constituições/reversões	345	168	513	2	30	32
Atualização monetária	8	12	20	-	-	-
Pagamentos	(238)	-	(238)	-	-	-
Saldo final	117	228	345	2	48	50

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente integralizado é de R\$ 116.273 (R\$ 81.273 integralizado em 2018) e está representado por 383.937 (383.937 em 2018) ações ordinárias sem valor nominal. Em 2018 foi proposto o aumento de capital no montante R\$ 35.000 aprovados pela SUSEP em 21 de maio de 2019.

b) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. c) Reserva estatutária: Conforme previsto no Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias. Em caso de prejuízo, este é absorvido pelas reservas estatutárias. d) Dividendos: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas.

21. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Ramos de atuação - seguros

Ramos de atuação	2019		2018	
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comercialização	
Contribuição de risco	6.477	6.671	41,32%	27,97%
Vida individual por sobrevivência	37.005	28.720	62,83%	54,04%
DPVAT	9.471	22.244	77,83%	80,79%
Total	52.953	57.635	62,88%	61,35%

b) Rendas de contribuições e prêmios

Rendimentos	2019		2018	
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comercialização	
VGBL	178.454	169.328	0,31%	0,40%
FGBL	109.190	121.643	44,03%	43,87%
Tradicional	1.894	1.996	0,02%	1,20%
Total	289.538	292.967	30,81%	22,37%

d) Sinistros ocorridos

Sinistros	2019		2018	
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comercialização	
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	(22.558)	(15.238)	(501)	-
Provisão de benefícios a regularizar - PBR	(2.677)	(1.853)	(239)	(295)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(239)	(295)	(7.370)	(17.971)
Varição das provisões de eventos ocorridos mas não avisados - IBNR	(47)	-	-	-
Varição das provisões do DPVAT	(32.041)	(27.284)	(21.171)	(23.157)
Ressarcimentos	(9.009)	(8.869)	(2.587)	(11.110)
Varição das despesas de corretagem e agenciamento diferidas	(2.141)	6.542	(1.987)	(952)
Varição das despesas de comercialização diferidas	(21)	(28)	(64)	(580)
Varição das despesas de comercialização diferidas	4.939	10.870	12.033	1.648
Despesas com operação de seguros DPVAT	(1.670)	(2.926)	(1.744)	(2.061)
Despesa com terceirização - CALL Center	(1.266)	(1.385)	(247)	(245)
Despesa com cobrança	(4)	(62)	(4)	(62)
Outras receitas e despesas operacionais	5.957	4.700	11.007	3.627
Recuperação com resgates	2.152	(347)	20.207	13.372
Recuperação de indenizações	1.119	(11)	(19.174)	(13.742)
Participação nos lucros	-	34	-	-
Prêmio de resseguro cedido	(25.715)	(34.300)	(13.763)	(17.820)
Provisões técnicas de sinistros	(5.343)	(10.515)	(509)	(2.673)
Despesas administrativas	(2.978)	(2.903)	(503)	(246)
Despesas administrativas	(143)	(135)	(19)	75
Publicidade e propaganda	(2.476)	-	(6.298)	(6.616)
Despesas administrativa com DPVAT	(2.257)	(2.240)	(368)	(364)
Despesas com tributos	(2.555)	(2.487)	(1.118)	(1.525)
COFINS	6.731	2.852	282.497	258.901
PIS	29.168	23.689	235.284	216.299
Taxa de fiscalização	17.940	18.695	86	143
Outras receitas financeiras	19	15	(275.766)	(256.049)
Despesas financeiras	(235.284)	(216.299)	(10.214)	(12.259)
Atualização monetária - PGBL/VGBL	(22.538)	(19.936)	(5.612)	(5.352)
Atualização monetária - Vida individual	(1.604)	(1.527)	(338)	(467)
Despesas com operação de seguros DPVAT	(176)	(208)	-	-
Atualização de valores a regularizar	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	-	-	-	-

e) Custo de aquisição de seguros e previdência

Custos	2019		2018	
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comercialização	
Comissões	(9.009)	(8.869)	(2.587)	(11.110)
Comissão sobre prêmios VGBL	(2.141)	6.542	(21)	(28)
Varição das despesas de corretagem e agenciamento diferidas	(64)	(580)	4.939	10.870
Varição das despesas de comercialização diferidas	12.033	1.648	(1.670)	(2.926)
Despesas com operação de seguros DPVAT	(1.744)	(2.061)	(1.266)	(1.385)
Despesa com cobrança	(4)	(62)	(4)	(62)
Outras receitas e despesas operacionais	5.957	4.700	11.007	3.627
Recuperação com resgates	2.152	(347)	20.207	13.372
Recuperação de indenizações	1.119	(11)	(19.174)	(13.742)
Participação nos lucros	-	34	-	-
Prêmio de resseguro cedido	(25.715)	(34.300)	(13.763)	(17.820)
Provisões técnicas de sinistros	(5.343)	(10.515)	(509)	(2.673)
Despesas administrativas	(2.978)	(2.903)	(503)	(246)
Despesas administrativas	(143)	(135)	(19)	75
Publicidade e propaganda	(2.476)	-	(6.298)	(6.616)
Despesas administrativa com DPVAT	(2.257)	(2.240)	(368)	(364)
Despesas com tributos	(2.555)	(2.487)	(1.118)	(1.525)
COFINS	6.731	2.852	282.497	258.901
PIS	29.168	23.689	235.284	216.299
Taxa de fiscalização	17.940	18.695	86	143
Outras receitas financeiras	19	15	(275.766)	(256.049)
Despesas financeiras	(235.284)	(216.299)	(10.214)	(12.259)
Atualização monetária - PGBL/VGBL	(22.538)	(19.936)	(5.612)	(5.352)
Atualização monetária - Vida individual	(1.604)	(1.527)	(338)	(467)
Despesas com operação de seguros DPVAT	(176)	(208)	-	-
Atualização de valores a regularizar	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	-	-	-	-

f) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas	2019		2018	
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comercialização	
Despesas com operação de seguros DPVAT	(1.670)	(2.926)	(1.744)	(2.061)
Despesa com terceirização - CALL Center	(1.266)	(1.385)	(247)	(245)
Despesa com cobrança	(4)	(62)	(4)	(62)
Outras receitas e despesas operacionais	5.957	4.700	11.007	3.627
Recuperação com resgates	2.152	(347)	20.207	13.372
Recuperação de indenizações	1.119	(11)	(19.174)	(13.742)
Participação nos lucros	-	34	-	-
Prêmio de resseguro cedido	(25.715)	(34.300)	(13.763)	(17.820)
Provisões técnicas de sinistros	(5.343)	(10.515)		